

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2017, quando completou 50 anos, a Cesan apresentou o maior resultado econômico de sua história. Essa é uma conquista do engajamento dos empregados e das boas práticas de gestão que vêm sendo adotadas na empresa ao longo dos anos.

A gestão competente e a solidez financeira da Companhia também permitiram entregas importantes para a sociedade, como a conclusão de obras de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que melhoram a saúde da população e reduzem a poluição no meio ambiente.

A decisão do Governo do Estado de integralizar, em 2017, os dividendos a que tem direito como acionista majoritário da Companhia, permitiu a destinação de mais recursos para a continuação das obras de saneamento que trarão grandes benefícios para a sociedade.

Entre os desafios no ano, a crise hídrica, que teve início em 2015, ainda figurou no cenário. A Cesan, em parceria com o Governo do Estado, lançou vários projetos para garantir a oferta de água no curto, médio e longo prazo. Na Grande Vitória, entrou em operação o novo sistema de abastecimento de água de Reis Magos, localizado no município de Serra. A obra recebeu investimentos de R\$ 74,7 milhões, com recursos do Governo do Estado, beneficiando uma população de 150 mil habitantes e reduzindo a sobrecarga na captação de água no rio Santa Maria da Vitória.

Outra entrega de destaque foi a contratação dos projetos para construção da Barragem no Rio Jucu, que terá capacidade para armazenar aproximadamente 20 bilhões de litros de água para abastecer a Região Metropolitana da Grande Vitória. No interior, a Cesan aplicou R\$ 1 milhão no Programa Estadual de Construção de Barragens, executados pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag), para elaboração de estudos e projetos básicos para contratar a construção de 60 barragens em áreas estratégicas no interior do Estado que apresentam redução histórica de disponibilidade de água.

Para ampliar os serviços de coleta e tratamento de esgoto, a Cesan firmou Parceria Pública Privada (PPP) em Vila Velha e concluiu o projeto de PPP para o município de Cariacica, que tem previsão de ser iniciado ainda em 2018.

Durante o ano, também foram iniciados empreendimentos de esgotamento sanitário do Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, o maior programa ambiental já realizado no Espírito Santo, que tem financiamento do Banco Mundial e vai investir cerca de R\$ 1 bilhão em cinco anos. O Programa tem ações nas áreas de recursos hídricos e gestão de desastres, eficiência dos serviços e ampliação da cobertura de esgotamento sanitário e gestão de mananciais e da cobertura florestal.

Estão em andamento obras de esgotamento sanitário nos municípios de Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Ibatiba, Irupi, Iúna, Marechal Floriano, Pancas, Pedro Canário, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá. A Cesan inaugurou ainda sistemas de esgotamento sanitário em Nova Venécia, Castelo, Domingos Martins e Mucurici.

Os investimentos da Cesan em 2017 totalizaram R\$ 228 milhões e foram destinados principalmente para a construção de novos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que beneficiam 2,3 milhões de pessoas com água tratada de qualidade e 1,4 milhão de pessoas com coleta e tratamento de esgoto.

O lucro líquido do exercício de 2017 totalizou R\$ 126,7 milhões, o maior já alcançado pela empresa e 38,5% superior ao lucro de 2016, de R\$ 91,5 milhões. A receita líquida atingiu R\$ 757,3 milhões, representando um crescimento de 6,3% em relação ao período anterior. Os custos e despesas de R\$ 631,8 milhões foram 4,5% superiores em relação ao exercício de 2016, que totalizou R\$ 604,6 milhões; a geração de caixa operacional (Ebitda) foi de R\$ 224,1 milhões.

A Cesan permanece firme em seu propósito de ser a melhor empresa de saneamento no Brasil, comprometida com os anseios da sociedade, buscando parcerias estratégicas para aumentar a capacidade de investimentos de forma a manter a universalização do abastecimento de água e ampliar os serviços de coleta e tratamento de esgoto, garantindo mais saúde para a população e contribuindo com a despoluição do meio ambiente no Espírito Santo.

A Administração

1 CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Ao longo do exercício de 2017, a Cesan manteve as 52 concessões, das quais 15 estão renovadas conforme a Lei 11.445/07. A Companhia também prestou apoio técnico a vários municípios na elaboração de seus Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). A expectativa é que as concessões em todos os municípios sejam renovadas conforme a nova lei até 2020.

2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei Federal 13.303/16 regulamentou a atividade econômica das empresas públicas e das sociedades de economia mista, com regras mais rígidas para licitações e compras, nomeações de diretores, presidentes e membros de conselho de administração. Determinou ainda a elaboração de Código de Conduta e Integridade e definição de área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e gestão de riscos.

Logo após a promulgação da Lei, a Cesan estabeleceu sete grupos de trabalho, com 40 profissionais diretamente envolvidos, para adequar a empresa aos padrões de governança. Foram feitas mudanças na estrutura orgânica, processos e códigos para atender à Lei e aos novos padrões exigidos pela sociedade.

Exigência de experiência para conselheiros

A Cesan alterou seu estatuto social de forma a atender aos novos requisitos de experiência e vínculo para conselheiros de administração, fiscais e diretores.

Revisão da estrutura orgânica

Foram criados o Comitê de Elegibilidade (CEL), Comitê de Auditoria (CAU) e a Auditoria (C-AUD), órgãos ligados ao Conselho de Administração (CA). Vinculada à Presidência (PR), foi criada ainda a Coordenação de Riscos e Conformidades (P-CRC).

Indicação de conselheiros independentes

Dois integrantes do conselho de administração não podem ter vínculo com a empresa, controlador ou autoridades, durante os últimos 36 meses. Um deles pode ser o representante dos acionistas minoritários, desde que cumpra os requisitos legais. Há ainda a vedação da participação como conselheiro independente de parente até terceiro grau, por exemplo, de chefe do executivo (embora não seja vedado para os demais membros). A atuação dos conselheiros independentes visa garantir o equilíbrio das decisões e a busca pelo melhor interesse da Companhia.

Política de dividendos

Publicada no site da Cesan, demonstra ao mercado e à sociedade os procedimentos utilizados para remuneração dos acionistas.

Carta de Políticas Públicas e Governança Corporativa

Documento de responsabilidade do CA com dados gerais sobre orçamento, metas, atendimento, remuneração variável e outras, visando a prestar contas de como a companhia vem realizando seu objeto social.

Comitê de Elegibilidade

Criado para avaliar requisitos dos membros indicados para CA, CF, Diretoria e apoiar o acionista majoritário. Também colabora com o Conselho de Administração na avaliação de diretores e do Comitê de Auditoria.

Coordenadoria de Riscos e Conformidade (P-CRC)

Área responsável pela gestão dos riscos corporativos, preparação de política exigida pela Lei, monitoramento do Código de Conduta e Integridade, gestão de procedimentos de ouvidoria e Lei de Acesso à Informação.

Auditoria (C-AUD)

Unidade responsável por verificar o cumprimento das legislações, políticas, normas e regulamentos. Avalia as atividades da Cesan, fiscaliza serviços de auditoria independente, acompanha as providências adotadas pelas unidades auditadas e apura irregularidades recebidas por meio do canal de denúncias. Propõe, quando necessário, instauração de Comissão de Inquérito.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Regulamento de Licitações e Contratos

Em 2017, foi iniciada a alteração de maior impacto na rotina da empresa, com a mudança de toda a formatação das contratações vigentes desde 1993 de acordo com a Lei 8.666/93. As alterações passam a vigorar em 2018 e espera-se menos burocracia nos procedimentos com inversão de fases, limite de dispensa ampliado para R\$ 50 mil ou R\$ 100 mil, fase recursal única, entre outras.

Comitê de Auditoria

É o órgão de apoio ao CA responsável por supervisionar atividades de controles internos, auditoria interna, elaboração de demonstrações financeiras, atuação dos auditores independentes, monitoramento das exposições de riscos da empresa e adequação das transações com partes relacionadas. É exigido dos integrantes do Comitê de Auditoria a ausência de vínculos com a empresa e com o acionista majoritário nos últimos 12 meses.

Treinamentos periódicos

Todos os administradores da empresa, dirigentes, conselheiros e empregados devem ser capacitados continuamente, com destaque para capacitação anual sobre o Código de Conduta e Integridade. Para os administradores, há também a exigência de capacitação anual, inclusive na posse, em assuntos estratégicos, como Política de Gestão de Riscos, Controle Interno, Divulgação de Informações, entre outros. O Estatuto da Cesan veda a recondução de integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal que não participarem de nenhum treinamento anual promovido pela empresa nos dois últimos anos a partir de sua posse.

Código de Conduta e Integridade

Instrumento tornado obrigatório pela Lei 13.303/16, trata-se de um guia de comportamento, com foco na conduta esperada. Não é instrumento de punição, mas de adequação e adaptação da conduta individual. Estabelece uma estrutura compartilhada para apuração de denúncias, onde a Ouvidoria recebe as denúncias e encaminha para apuração pela Auditoria. Após concluída a investigação, o processo segue para manifestação do Conselho de Ética, que encaminha o parecer para a Diretoria ou o Conselho de Administração, conforme o caso.

Conselho de Ética

Será formado por seis integrantes, sendo três eleitos pelos empregados e três indicados pelo Conselho de Administração. Pelo menos um integrante deve ser de fora dos quadros da Companhia.

Transparência

As políticas, documentos, dados dos integrantes dos órgãos e diversas informações de interesse da sociedade são divulgadas no Portal da Transparência e no espaço dedicado à Governança Corporativa no site institucional da Cesan.

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL

3.1 Programa Pró-Rural

É um programa criado em 1991 para atender às comunidades de pequeno porte na elaboração de projetos e execução de obras de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A Cesan custeia levantamentos, visitas, treinamentos e projetos, além de contratar e fiscalizar as obras, com recursos diretos do Governo do Estado ou através da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb), em parceria com as prefeituras municipais.

O Pró-Rural adota o autogerenciamento, em que a comunidade opera e mantém os sistemas, com apoio da prefeitura municipal e suporte técnico e socioeducativo da Cesan no tratamento e treinamento de operadores, na manutenção eletromecânica em equipamentos e na mobilização comunitária para viabilizar a autogestão.

A partir de 2008, as ligações domiciliares passaram a ser hidrométradas, com melhor controle e facilidade na cobrança. Leituras de hidrômetro, bem como cobrança de tarifa, são definidas pelo Comitê da Água, de acordo com o estabelecido pela comunidade, e a renda é revertida para manutenção e operação do sistema.

Em 2017, foram investidos R\$ 774,8 mil, com recursos próprios da Cesan, nas obras de melhoria e ampliação dos sistemas de água nas comunidades de Boa Vista e São Luiz Rei, ambas no município de Nova Venécia. A Companhia também realizou suporte técnico em 27 municípios, totalizando 180 atendimentos realizados. Realizou ainda o monitoramento na estação de tratamento de água por ultrafiltração, implantada na localidade de Limoeiro, no município de Castelo.

Além das obras, foram elaborados projetos de sistemas de abastecimento de água para as localidades Caramuru, Vila Nass, Baixo São Sebastião e Belém, no município de Santa Maria de Jetibá; Fortaleza, em Muniz Freire; e Nove Horas, em Santa Leopoldina. Atualmente, a Cesan trabalha com a atualização de diagnósticos em várias comunidades rurais nos municípios dentro de sua área de concessão, para garantir a continuidade dos serviços.

3.2 Tarifa social e subvenção

A tarifa social é um benefício concedido em forma de desconto sobre as tarifas de água e esgoto para clientes de baixa renda inscritos nos programas sociais Bolsa Família, Bolsa Capixaba e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os descontos, que podem chegar a 60% do valor da tarifa, beneficiaram 16.397 residências em 2017.

A subvenção de tarifa é um benefício concedido como desconto sobre as tarifas de água e esgoto a entidades beneficentes de assistência social sem fins lucrativos, caracterizadas pela prestação gratuita de serviços à sociedade, que tenham personalidade jurídica de direito privado e reconhecimento de utilidade pública pelos órgãos que tratam do bem-estar social. Os descontos são de 50% da tarifa e o valor total mensal destinado às subvenções não pode ultrapassar 0,2% (dois décimos por cento) da receita operacional da Cesan, registrada no Balanço da Companhia. Em 2017, a Cesan destinou R\$ 303,7 mil em subvenção de tarifa para 40 entidades filantrópicas no Espírito Santo, beneficiando 1.318 usuários.

4 MEIO AMBIENTE, RELAÇÕES COM A COMUNIDADE E CONTROLE DA QUALIDADE

4.1 Gestão ambiental

A Cesan conta com a Divisão de Gestão Ambiental (E-DGA), que coordena as ações de regularização ambiental para adequar as unidades operacionais às legislações de meio ambiente, recursos hídricos, resíduos, uso e ocupação do solo. São feitas análises dos projetos de saneamento, desde a concepção até a execução, com enfoque na redução de riscos e passivos ambientais.

As diversas áreas da Cesan recebem orientação para o monitoramento das atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras, relacionadas à implantação e operação dos sistemas. São analisados e comparados os resultados de monitoramentos e emitidos alertas quanto aos parâmetros de qualidade ambiental.

Também é feito o acompanhamento e controle de forma sistemática do atendimento das condicionantes dos compromissos ambientais, licenças e outorgas, visando garantir o atendimento dos prazos, auxiliando na elaboração de documentos enviados aos órgãos de controle e fiscalização.

4.2 Relações com a comunidade e educação ambiental

A Divisão de Relações com a Comunidade (E-DRC) desenvolve programas e projetos voltados para divulgar a importância dos serviços, promover a adesão, uso e conservação dos sistemas de água e esgoto, diálogo e aproximação com a comunidade. O trabalho engloba as frentes de educação ambiental, comunicação social e mobilização comunitária. Existem dois e-mails para interação com a sociedade: educa.ambiental@cesan.com.br e comunidade@cesan.com.br. Em 2017, as ações da Divisão envolveram um público superior a 42 mil pessoas.

As demandas das comunidades para implantação e melhorias dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como do funcionamento dos sistemas operados pela Cesan, são recebidas pela Divisão de Relações com a Comunidade e encaminhadas às áreas afins, visando à resolução de problemas e conflitos de forma eficiente e eficaz, sendo estabelecido um canal direto de diálogo entre sociedade e empresa. Através de SMS e e-mail, a Cesan informa com antecedência às lideranças comunitárias e formadores de opinião sobre paralisa-

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

ções programadas no sistema de água e necessidade de economia de água pela população.

A comunicação social de obras é realizada junto a comunidades que recebem obras de implantação e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. São feitas abordagens domiciliares, reuniões com lideranças e com a comunidade, capacitação em saneamento ambiental, visitas técnicas, visitas monitoradas a estações de tratamento de água e esgoto, sonorização volante, cinema na comunidade, curso de bombeiro hidráulico, dentre outras ações.

A empresa promove ainda o Encontro Anual com Lideranças, que tem os objetivos de estreitar a relação entre Cesan e lideranças comunitárias, qualificar o debate sobre assuntos relacionados aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestar contas e apresentar os investimentos realizados.

4.3 Programa Cesan na Escola

Atende à demanda de escolas públicas e privadas da educação infantil ao ensino médio. O trabalho envolve ações educativas com recursos didáticos adequados ao público e atividades com maquetes sobre o tratamento da água e do esgoto, maquete de imóvel com as instalações corretas de água, esgoto e drenagem, que tratam sobre economia de água, jogo do rio, contação de histórias, banners relacionados ao tema saneamento, concursos educativos e vídeos.

Além disso, o programa de visitas monitoradas às Estação de Tratamento de Água (ETA) e Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), tem por objetivo proporcionar melhor compreensão sobre os serviços de saneamento e sensibilizar para a preservação dos recursos hídricos. Desenvolvido em parceria com áreas operacionais de água e esgoto, atende principalmente à demanda de escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, além de instituições de ensino superior e técnico, inclusive alunos com deficiência auditiva. A visita à ETA pode ser realizada por alunos a partir do 6º ano do Ensino Fundamental e à ETE a partir do 3º ano do Ensino Médio.

A empresa possui também uma unidade móvel de educação ambiental instalada em um caminhão-baú, com recursos didáticos como painéis retroiluminados sobre o tema água, painel em plotter apresentando os serviços da Cesan, maquete retratando as instalações intradomiciliares corretas de água e esgoto e monitor *touchscreen* com plataforma interativa. A unidade permite abordar vários assuntos e adequar a ação ao público e ao tempo disponível para atendimento.

Resumo das ações e pessoas envolvidas nos eventos em 2017

PROGRAMA	ENVOLVIDOS
TOTAL	42.528
Comunicação Social de Obras	19.163
Cesan na Escola	5.109
Condicionantes Ambientais de Comunicação Social e Educação Ambiental	3.692
Visitas Técnicas Monitoradas à ETA e ETE	3.017
Se Liga na Rede	2.922
Feiras e eventos ambientais	1.886
Comunicação de interrupção programada nos Sistemas de Abastecimento de Água	1.828
Educação Ambiental - sensibilização externa	1.414
Cesan Facilita	1.263
Unidade Móvel de Educação Ambiental	1.073
Atend. demandas espontâneas das comunidades Serviços de Água e Esgoto	949
Encontro com lideranças comunitárias da GV	150
Educação Ambiental - sensibilização interna	62

4.4 Reflorestamento

Em sintonia com a missão de "Prestar serviços de saneamento com sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida", a Cesan reflorestou diversas áreas do Estado, que contribuíram para aumentar a produção de água, reduzir a quantidade de sedimentos, aumentar a cobertura florestal e melhoria ambiental.

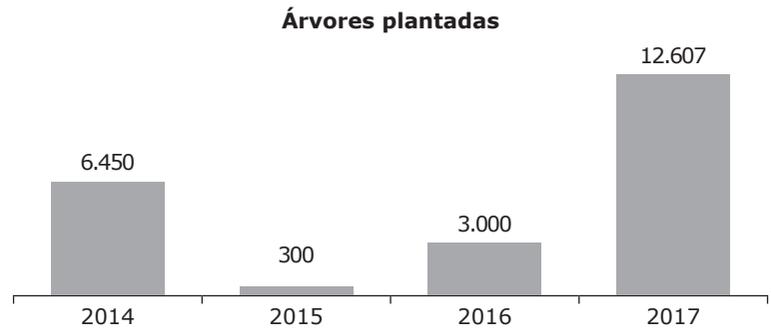


Gráfico 1: número de árvores plantadas/ano

4.5 Controle da qualidade

A Divisão de Controle de Qualidade (E-DCQ) monitora a eficiência das estações de tratamento de água e de esgoto e o seu impacto ambiental.

No controle da qualidade dos sistemas de abastecimento de água, as atividades são desenvolvidas conforme a Portaria 2.914/11 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e o padrão de potabilidade. Segundo a Portaria, compete ao responsável pelo sistema de abastecimento de água para consumo humano exercer o controle da qualidade da água por meio de análises laboratoriais em amostras de água provenientes das diversas partes dos sistemas, dentre outras atividades. As informações de controle da qualidade são enviadas mensalmente às secretarias municipais de saúde, para abastecer o Sistema Nacional de Informações sobre a Qualidade da Água (Sisagua).

O controle da qualidade é realizado de forma sistemática em todas as etapas de captação, tratamento, reservação e distribuição, visando assegurar o atendimento aos padrões de potabilidade da água distribuída e garantir a saúde do consumidor. Os laboratórios são equipados com instrumentos sofisticados que otimizam e garantem o controle contínuo da qualidade da água distribuída para a população. A estrutura de controle conta com 91 laboratórios localizados nas estações de tratamento de água e um laboratório central localizado em Cobi, no município de Vila Velha, que gera aproximadamente 211 mil resultados analíticos por ano.

A Cesan mantém um rígido controle dos efluentes das estações de tratamento de esgoto, em atendimento aos requisitos legais para lançamento em corpos receptores e às condicionantes ambientais contidas no licenciamento de cada unidade operacional, seja para o efluente ou corpo receptor. O monitoramento dos parâmetros físico-químicos e biológicos é realizado pelo laboratório central, unidade de Araçás, no município de Vila Velha, onde são realizadas cerca 1.500 análises mensais.

Em 2015, os laboratórios centrais de Cobi e Araçás receberam acreditação do Inmetro na Norma ISO 17025, além da certificação pela ISO 9001 desde 2006.

4.6 Programa "Se liga na Rede"

É uma iniciativa da Cesan para despoluição das praias e rios por meio da mobilização da população para fazer as ligações dos imóveis às redes de esgoto. Em cada comunidade onde o sistema está liberado são promovidos encontros comunitários com as lideranças locais e representantes da Companhia vão de porta em porta explicar a importância da ligação de esgoto para estimular os moradores a conectar os imóveis à rede.

Em 2017, houve um acréscimo de aproximadamente 23,9 mil imóveis ligados à rede de esgoto, um crescimento de 5,1% em relação ao ano

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

anterior. Foram intensificadas as ações para despoluição da Baía de Vitória, que garantiu a ligação de grandes geradores de esgoto, como indústrias, comércios e condomínios, além de obras de interligação de novas redes e parcerias com prefeituras municipais.

5 DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 Sistemas de abastecimento de água

Em 2017, a Cesan abasteceu mais de 2,3 milhões de pessoas com água tratada, o que representa um aumento de 5,4% em relação a 2014. Obras de expansão dos sistemas de abastecimento de água e de crescimento vegetativo vêm acompanhando o crescimento populacional.

População urbana abastecida [hab]

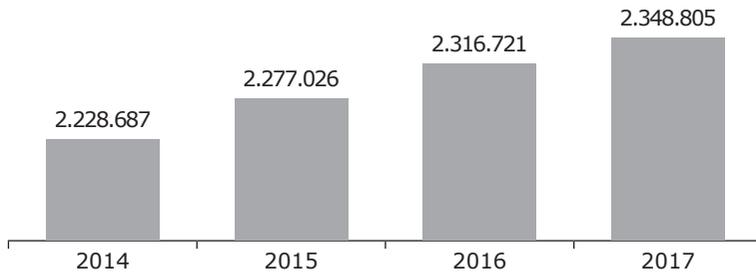


Gráfico 2: população urbana abastecida [hab]

Em contrapartida, verifica-se a redução no volume de água produzida no período considerado, em torno de 24,5 milhões de metros cúbicos, fruto de melhorias nos sistemas de produção e distribuição de água e dos processos de controle.

Volume de água produzida [m³]

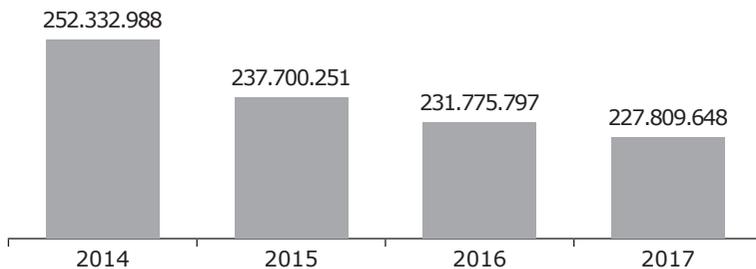


Gráfico 3: volume de água produzida [m³]

Os gráficos do volume de água produzida no mês por habitante e de vazamentos totais acumulados no ano por 1000 ligações evidenciam a redução das perdas físicas de água entre os anos de 2014 e 2017.

Volume de água produzida no mês por habitante [m³/mês/hab]

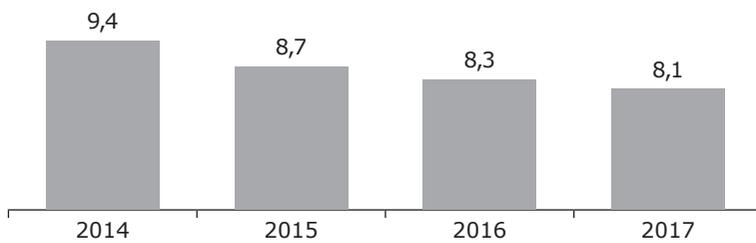


Gráfico 4: volume de água produzida no mês por habitante [m³/mês/hab]

Vazamentos totais acumulados no ano por 1.000 ligações

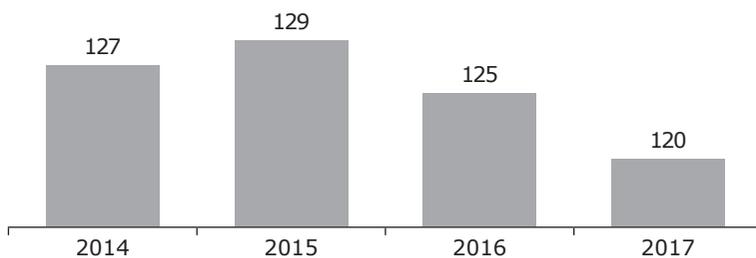


Gráfico 5: vazamentos totais acumulados [1.000 ligações/ano]

Obras de setorização em regiões dos municípios da Grande Vitória, automação de unidades operacionais, alteração nos contratos de manutenção eletromecânica e de redes e melhoria nos processos de controle contribuíram para a melhoria do indicador.

5.2 Sistemas de esgotamento sanitário

Em 2017, houve um incremento de 23,9 mil economias nos serviços de esgotamento sanitário, um aumento de 5,1% com relação a 2016, com a implantação, ampliação e expansão de redes e economias de esgoto, beneficiando 1,4 milhão de pessoas, um aumento de 3,8% em comparação ao ano anterior.

Economias ativas de esgoto [unidades]

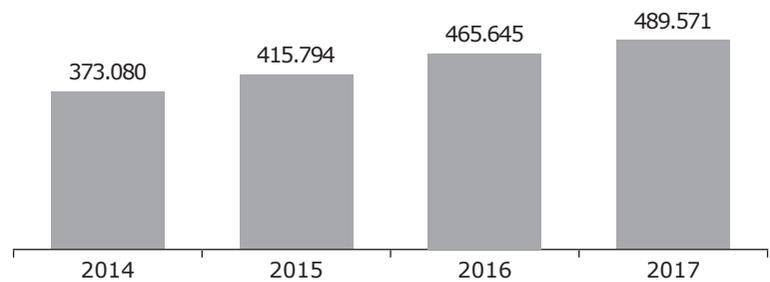


Gráfico 6: economias ativas de esgoto [unidades]

População urbana coberta com esgotamento sanitário [hab]

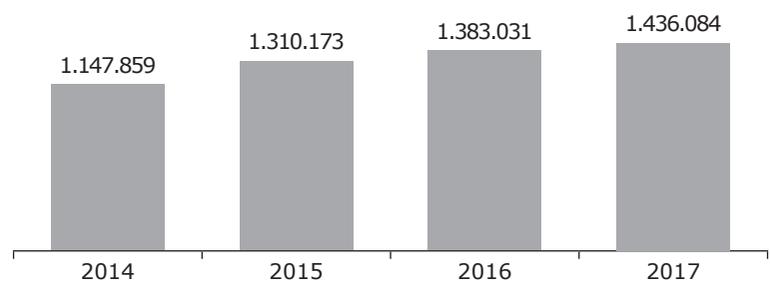


Gráfico 7: população urbana coberta com esgotamento sanitário [hab]

Com as ampliações que entraram em operação em 2017, a Cesan tratou 60,2 milhões de metros cúbicos de esgoto, que deixaram de ser lançados na natureza sem tratamento, reduzindo a poluição e melhorando a qualidade da água e da vida dos capixabas.

Volume de esgoto tratado [m³]

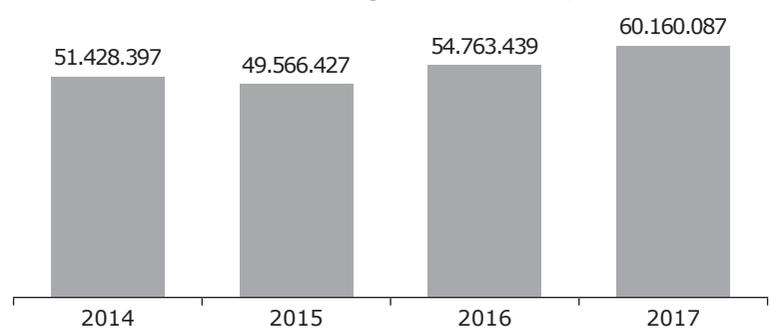


Gráfico 8: volume de esgoto tratado [m³]

6 DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

6.1 Receitas

A receita operacional bruta atingiu R\$ 835,9 milhões, 6,4% a mais do que os R\$ 785,8 milhões de 2016. As receitas com os serviços de abastecimento de água aumentaram 3,8% em relação ao exercício de 2016, enquanto as receitas com os serviços de esgotamento sanitário aumentaram 13,7% em virtude do incremento no número de economias a partir da entrada em operação de vários sistemas de esgotamento sanitário.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Receita Operacional [R\$ milhões]

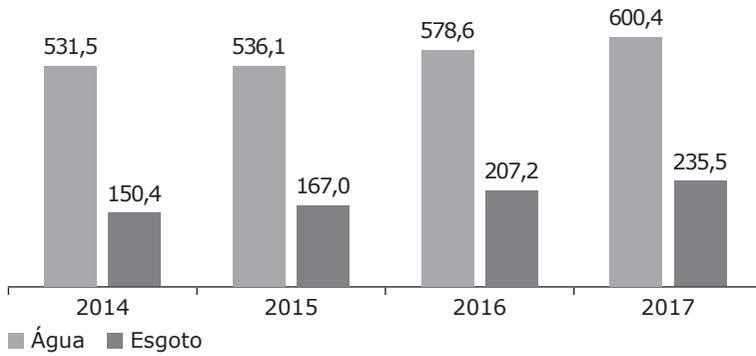


Gráfico 9: Receita Operacional [milhões]

Receitas Totais

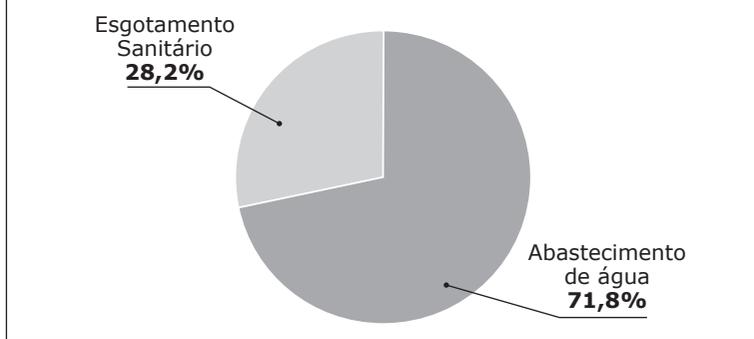


Gráfico 10: Receitas Totais

Detalhamento das fontes de receita, em 2017:

Serviços de Água

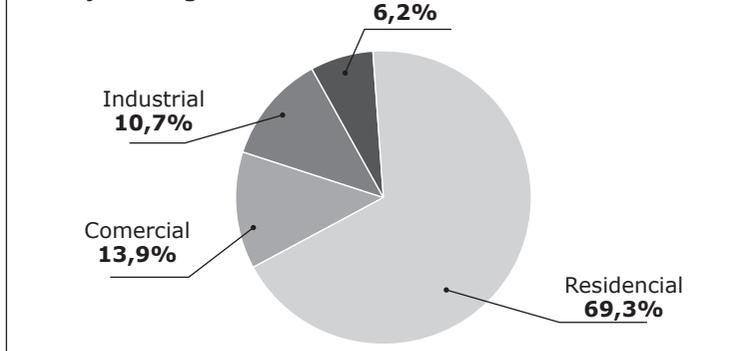


Gráfico 11: Serviços de Água [%]

Serviços de Esgoto

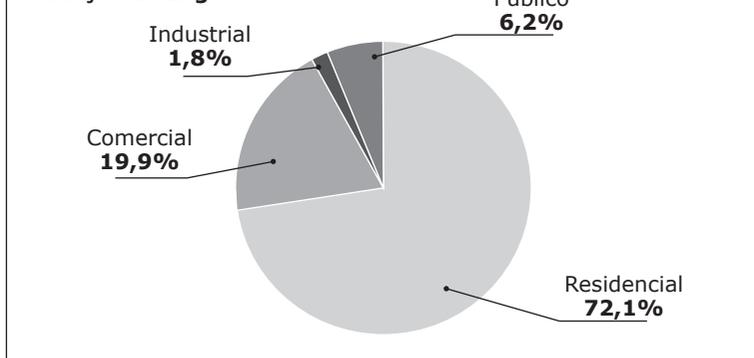


Gráfico 12: Serviços de Esgoto [%]

6.2 Custos e despesas

Os custos e despesas atingiram o valor de R\$ 631,8 milhões contra R\$ 604,6 milhões em 2016, representando um aumento de 4,5%, ou seja, menor que o aumento das receitas. A redução é atribuída principalmente à adoção de fortes medidas de contenção de custos e despesas no exercício.

6.3 Resultado

O lucro líquido da Cesan em 2017 foi de R\$ 126,7 milhões, totalizando um aumento de 38,5% em relação ao exercício de 2016, consequência da política de redução de custos implantada em todos os departamentos, fim da cobrança das bandeiras tarifárias de energia elétrica, aumento das receitas de serviço de esgoto e o reconhecimento da Imunidade Tributária Recíproca em relação ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica pelo Supremo Tribunal Federal através da Ação Cível Ordinária nº 2730.

Lucro Líquido [R\$ milhões]

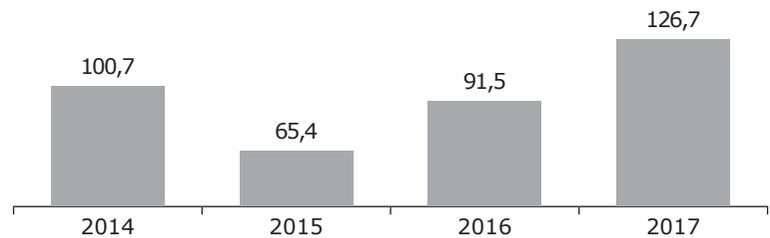


Gráfico 13: Lucro Líquido [R\$ milhões]

6.4 Remuneração dos acionistas

Conforme determina o Estatuto Social foi apurado o montante de R\$ 57,5 milhões de dividendos para os acionistas da Cesan, a ser aprovada na Assembleia Geral Extraordinária em abril de 2018.

7 INVESTIMENTOS

A Cesan investiu R\$ 796,4 milhões no período entre 2014 e 2017. Somente no último ano foram R\$ 228 milhões, sendo R\$ 89 milhões em abastecimento de água, R\$ 128,6 milhões em esgotamento sanitário e R\$ 10,5 milhões em programas de desenvolvimento operacional, institucional e ativo fixo.

Investimentos Realizados [R\$ milhões]

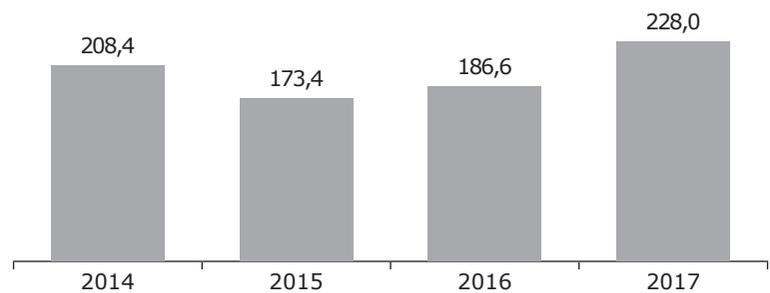


Gráfico 14: Investimentos Realizados [R\$ milhões]

Investimentos Realizados - Por Finalidade [R\$ milhões]

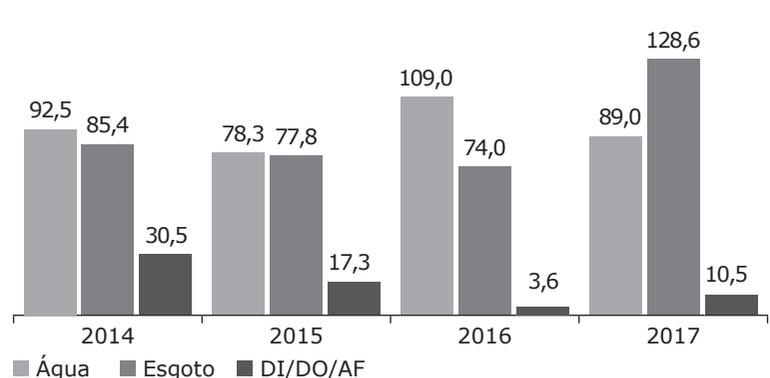


Gráfico 15: Investimentos realizados por finalidade [R\$ milhões]

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

7.1 Sistemas de abastecimento de água

Destacam-se a construção do Sistema de Abastecimento de Água Reis Magos que acrescentou 500 litros/segundo à capacidade de distribuição de água tratada para a Grande Vitória, melhorias no sistema de abastecimento de Anchieta e Iriri e ampliação do sistema em Atílio Vivacqua. Além disso, foram realizadas obras de expansão de redes e ligações de água que garantem que os sistemas de abastecimento acompanhem o crescimento populacional.

7.2 Sistemas de esgotamento sanitário

As obras para implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário beneficiaram 1,4 milhão de habitantes. Entre os empreendimentos, destacam-se as Parcerias Público-Privadas em Serra e Vila Velha, a implantação dos sistemas em Nova Venécia e Marechal Floriano, ampliação dos sistemas de Mucurici, Castelo e Domingos Martins, nas localidades de Pedra Azul e Santa Isabel. Além disso, foram realizadas diversas obras de expansão de redes e ligações de esgoto que garantem que os sistemas acompanhem o crescimento populacional nos municípios atendidos.

7.3 Parcerias Público-Privadas (PPPs)

A Cesan e o Governo do Estado vêm desenvolvendo estudos para ampliação, operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário na Região Metropolitana da Grande Vitória para atingir a universalização da cobertura com os serviços até o ano de 2030.

Serra

Em 2015 entrou em operação a PPP no município de Serra, na modalidade de concessão administrativa, em que a ganhadora do processo licitatório foi a Sociedade de Propósito Específico Consórcio de Saneamento Serra Ambiental, responsável pela obtenção de recursos para ampliação, manutenção e operação do sistema de esgotamento em todo o município. O prazo do contrato de concessão é de 30 anos. Em 2017, a Cesan desembolsou R\$ 56,8 milhões para investimentos nessa PPP.

O objetivo é fazer com que Serra tenha sua cobertura elevada para 95% até 2024. Atualmente a cobertura de esgoto no município é de 79%, com 21 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) e 134 Estações Elevatórias de Esgoto Bruto (EEEB) em operação.

As obras de expansão de redes de esgoto tiveram início nos bairros Campinho da Serra I, Taquara I e II, Vista da Serra II, Barro Branco, Parque das Gaivotas, Divinópolis, além do andamento das obras em José de Anchieta e Planalto Serrano, totalizando 40 Km de rede construídos em 2017. Também foram executadas melhorias e ampliações nas ETEs e EEEBs. Além disso, desde o início da concessão em 2015, mais de 37 mil imóveis foram interligados na rede de coleta e tratamento de esgoto.

Vila Velha

Em 2016 foi aberta a licitação para implantação da PPP em Vila Velha, em que a ganhadora foi a empresa Aegea Saneamento. A concessão administrativa teve início em julho de 2017, para realizar a operação, manutenção e ampliação do sistema de esgotamento sanitário no município, além da inclusão de serviços comerciais, tais como substituição e lacração de hidrômetros, pesquisa de irregularidades, dentre outros. A meta de universalização é chegar em 2028 com 95% de cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto. O prazo do contrato de concessão é de 30 anos e em 2017, a Cesan investiu R\$ 734,3 mil na PPP de Vila Velha.

Cariacica

Estão em andamento os estudos de viabilidade técnica e econômica de nova PPP para os serviços de esgotamento sanitário no município de Cariacica, na Região Metropolitana da Grande Vitória.

7.4 Programa Águas e Paisagens

O Governo do Estado do Espírito Santo obteve financiamento do Banco Mundial para investir nos municípios que integram as microrregiões do Caparaó e as Bacias Hidrográficas dos Rios Jucu e Santa Maria da Vitória, cuja abrangência contempla as principais cidades da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Ao todo, US\$ 323 milhões serão aplicados no Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, nos meios urbano e rural, com o objetivo de:

- Garantir que o acesso à água seja assegurado em quantidade e qualidade adequada para os respectivos usos, bem como salvaguardados para sua utilização pelas futuras gerações;
- Ampliar a cobertura de coleta, tratamento e destinação final de efluentes sanitários em municípios das Bacias do Jucu, Santa Maria da Vitória e na microrregião do Caparaó, em municípios onde a Cesan atua;
- Ampliar a cobertura florestal no Estado, na microrregião do Caparaó e adjacências e nos municípios das bacias dos Rios Jucu e Santa Maria da Vitória;
- Institucionalizar e promover boas práticas agrícolas e de construção de estradas vicinais para reduzir o assoreamento e poluição dos corpos d'água.

Já estão em andamento as obras nos municípios de Ibatiba, Dolores do Rio Preto, Iúna, Irupi, Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço, Marechal Floriano, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins e Pedra Menina, em Dolores do Rio Preto.

7.5 Resumos dos investimentos

Principais investimentos no interior em 2017 (R\$ x 1.000):

RESUMO	FONTE	REALIZADO
ABASTECIMENTO DE ÁGUA		
Implantação, Ampliação e Melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água dos Municípios do Interior (ETAs, adutoras, estações elevatórias, reservatórios, redes e ligações)	CESAN	14.166
ESGOTAMENTO SANITÁRIO		
Implantação, Ampliação, Reabilitação e Melhorias dos Sistemas de Esgotamento Sanitário dos Municípios do Interior (ETEs, emissários, estações elevatórias, redes e ligações)	CESAN/ BIRD/ CAIXA/ FUNASA	46.069
TOTAL INTERIOR		60.235

Principais investimentos na Grande Vitória em 2017 (R\$ x 1.000):

RESUMO	FONTE	REALIZADO
ABASTECIMENTO DE ÁGUA		
Ampliação e Melhorias no SAA de Jacaraípe (Serra)	CAIXA	17.026
Abastecimento de Água Civit (Serra)	CAIXA	10.630
SAA Reis Magos (Serra)	GOVERNO ES	16.137
Obras Gerais em Vila Velha	CESAN	2.585
Diversos (Cariacica/Viana)	CESAN/ OGU	1.563
Expansão de Redes e Novas Ligações de Água na Grande Vitória, Aquisição e Substituição de Hidrômetros e outros	CESAN	26.855

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

RESUMO	FONTE	REALIZADO
ESGOTAMENTO SANITÁRIO		
Ampliação do SES Serra - PPP	CESAN	56.778
SES Carapebus (Serra)	CAIXA	5.579
Ampliação do SES Vila Velha - PPP	CESAN	734
Implantação do SES Ponta da Fruta (Vila Velha)	CAIXA	10.855
SES Vista Linda (Vila Velha)	CESAN	14
Expansão de Redes e Novas Ligações de Esgoto na Grande Vitória, SES e ETE Meaípe, Programa Se Liga Na Rede e Complementação SES Viana Sede	CESAN/ BIRD/ CAIXA	8.529
TOTAL DA GRANDE VITÓRIA		157.286

Principais investimentos em desenvolvimento institucional e operacional (R\$ x 1000):

RESUMO	FONTE	REALIZADO
Projetos da Tecnologia da Informação	CESAN/ BIRD	5.578
Estudos e Projetos e Gerenciamento de Obras	CESAN/ BIRD	2.818
Ativos Fixo	CESAN	2.122
TOTAL DI/DO		10.518
TOTAL GERAL		228.040

8 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Estimular os empregados e equipes na busca pela excelência, melhoria contínua e inovação tem sido tarefa realizada pelo Comitê Permanente de Cooperação Técnico Científica, responsável pelo Ciclo de Inovação da Cesan, através dos Encontros Técnicos de Diretorias, do Encontro de Inovação e da participação da Empresa em prêmios de inovação estaduais e nacionais como Inovex (Prêmio Inovação na Gestão Pública do Espírito Santo), Agência Nacional de Águas (Ana), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (Abes) e as categorias IGS e PEOS do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS).

Em 2017, a Empresa participou de eventos externos com cases no IGS, PEOS e no 29º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental da Abes.

O principal destaque de inovação tecnológica foi o desenvolvimento do projeto piloto com subvenção da Empresa Brasileira de Inovação e Pesquisa (Finep), "Soluções tecnológicas integradas para potencializar a geração de biocombustíveis em estações de tratamento de esgotos que utilizam processos à base de microalgas", e do projeto com subvenção do Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo (Fundágua) em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), "Avaliação da qualidade da água dos principais mananciais superficiais integrantes dos sistemas de abastecimento operados pela Companhia Espírito Santense de Saneamento".

9 RECURSOS HUMANOS

A Cesan tem em seu quadro de pessoal 1.377 empregados. Destes, 946 atuam na Região Metropolitana da Grande Vitória e 431 no interior do Estado. O Plano de Carreiras e Remuneração da Cesan, implantado em 2006 e revisado em 2014 e 2017, contém as diretrizes e políticas de gestão de pessoas, como estrutura de carreiras, promoções, avaliação de desempenho, movimentação interna, descritivo de funções e tabela salarial.

A Empresa capacita e desenvolve seus empregados, estagiários, aprendizes e gestores, visando à formação, atualização e aperfeiçoamento profissional. As atividades envolvem a integração de novos profissionais, desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e gerenciais, incentivo à educação formal continuada e capacitação necessária para implantação e manutenção de projetos institucionais. Essas ações têm como principais objetivos a promoção da cultura de excelência empresarial e a valorização da força de trabalho.

São mantidos diversos programas de qualidade, que objetivam a melhoria contínua das condições de trabalho aos empregados, impactando na retenção de talentos, redução de absenteísmo, aumento de produtividade e qualidade dos serviços. Destacam-se atendimentos aos empregados e seus familiares por meio do Serviço Social, Programas de Educação Financeira, de Prevenção e Tratamento à Dependência Química, de Preparação à Aposentadoria e de Reabilitação Funcional, além de ações preventivas de saúde e encaminhamentos a tratamento no âmbito da saúde mental.

A política de valorização dos empregados é reforçada pelos planos de complementação de aposentadoria administrados pela Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan (Faeces), criada em dezembro de 1994 e que atualmente conta com 1.977 associados, sendo 945 ex-empregados ou pensionistas que recebem benefícios previdenciários.

A construção do modelo voltado para processos e resultados com qualidade introduziu mudanças que atendem à demanda e evolução organizacional, para oferecer mais eficiência e competitividade empresarial.

A Cesan promoveu em 2016 o Programa de Incentivo a Aposentadoria e Desligamento Voluntário, queteve a adesão de 147 empregados e até o momento houve 142 desligamentos, sendo 61 realizados em 2017.

10 PRÊMIOS E RECONHECIMENTO

Desde 2003, com a elaboração do planejamento estratégico, a Cesan evoluiu em sua gestão rumo à excelência no setor de saneamento, conquistando premiações e destaques em nível estadual e nacional.

O processo de evolução levou à implantação do Modelo de Excelência da Gestão (Meg) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), em unidades operacionais, que resultou em 11 premiações no PNQS, entre 1999 e 2010.

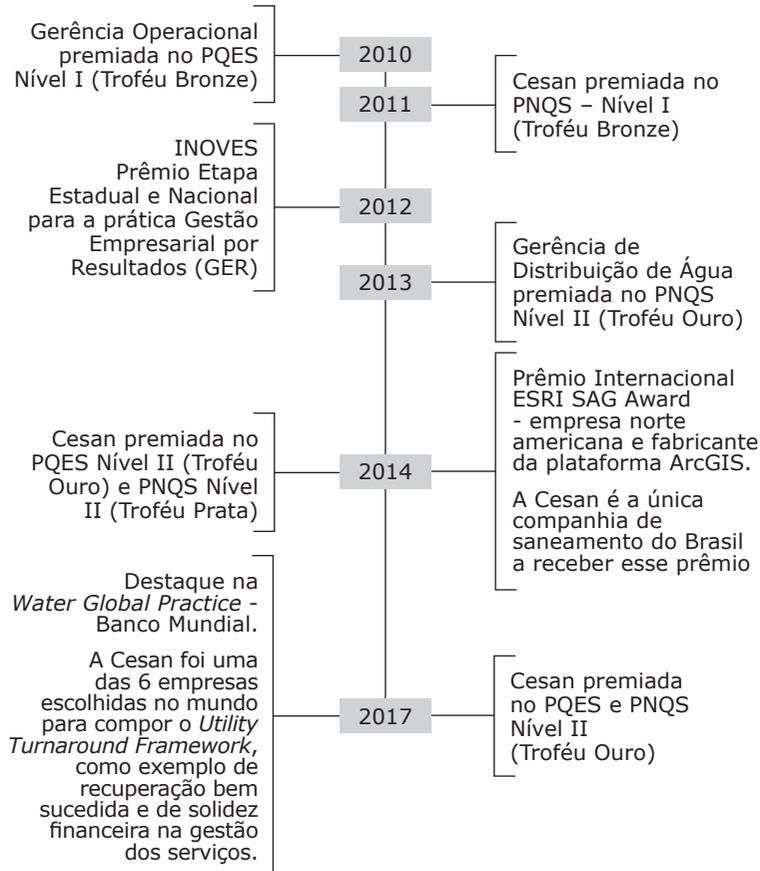
A partir de 2011 a Cesan expandiu o modelo para toda a corporação, participando do PNQS e do Prêmio Qualidade Espírito Santo (PQES). Desde então, conquistou, corporativamente, o Troféu Bronze no Nível I - 250 pontos (2011), o Troféu Prata no Nível II - 500 pontos (2014) e, em 2017, o Troféu Ouro no Nível II - 500 pontos, no PNQS. No PQES a Cesan foi premiada no Nível II (Troféu Ouro) em 2014 e 2017.

Os oito critérios que compõem o Meg integram o planejamento estratégico da Cesan através da visão de "Ser a melhor empresa de saneamento do Brasil, comprometida com a universalização dos serviços" e o objetivo estratégico de "Promover a satisfação da força de trabalho e a cultura de excelência empresarial". Em 2018, a Empresa se prepara para a candidatura Nível III - 750 pontos no PNQS, o que representa mais um salto na evolução da gestão, na melhoria contínua da prestação de serviços e no atendimento aos clientes.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Reconhecimentos recebidos



11 PERSPECTIVAS

A Cesan segue firme no propósito da universalização dos serviços, ampliando os níveis de atendimento com água tratada, coleta e tratamento de esgoto e busca por novas concessões e negócios. A atuação da Companhia orienta-se pela responsabilidade em manter a solidez financeira necessária à prestação de serviços com qualidade, que garantam a satisfação dos clientes com níveis adequados de serviço e tarifas justas, bem como no investimento em programas de formação e capacitação de seus profissionais, tendo sempre o cliente como foco principal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fausto Pimentel Côrtes Junior
José Alves Paiva
Luiz Fernando Mendonça Alves
Nery Martins de Moraes Neto
Pablo Ferraço Andreão
Ricardo Maximiliano Goldschmidt
Rodrigo Rabello Vieira (presidente)

DIRETORIA EXECUTIVA

Pablo Ferraço Andreão
Presidência

Sandra Sily
Diretoria Operacional

Amadeu Zonzini Wetler
Diretoria de Engenharia e Meio Ambiente

José Eduardo Pereira
Diretoria Administrativa e Comercial

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	4	78.430	37.778	Fornecedores	14	39.608	32.255
Valores mobiliários.....	5	32.787	40.340	Empréstimos e financiamentos ..	15	11.482	12.119
Créditos e contas a receber de usuários	6	141.355	135.824	Juros sobre capital próprio	24	57.480	49.482
Estoques de materiais	-	2.495	4.204	Participação de empregados.....	24	9.638	9.341
Impostos a recuperar	7	3.722	3.030	Contribuições para FAECES	19	6.294	6.306
Adiantamentos e convênios	8	6.673	14.437	Impostos e contribuições a recolher	16	10.323	11.598
Total do ativo circulante		265.462	235.613	Salários e encargos a pagar	17	30.700	29.473
Não circulante				Provisão	18	19.854	14.492
Créditos e contas a receber de usuários	6	7.311	6.547	Outras contas a pagar		3.745	2.448
Adiantamento e convênios	10	2.699	2.699	Total do passivo circulante ...		189.124	167.514
Impostos a recuperar	7	6.911		Não circulante			
Depósitos judiciais	18	29.818	33.080	Empréstimos e financiamentos ..	15	183.552	163.869
Contratos de concessões indenizáveis	13	175.884	177.053	Impostos diferidos	9	8.676	34.163
Investimentos	-	95	95	Provisão	18	39.580	45.297
Imobilizado	11	27.779	33.644	Contribuições para FAECES	19	11.403	17.104
Intangível	12	2.414.699	2.215.345	Créditos de acionistas	20	17.242	38.682
Total do ativo não circulante		2.665.196	2.468.463	Plano de aposentadoria	19	84.292	75.603
Total do Ativo		2.930.658	2.704.076	Subvenções para investimento ..	21	74.928	27.349
				Total do passivo não circulante		419.673	402.067
				Patrimônio líquido	24		
				Capital social	-	2.156.580	2.028.413
				Ajuste de avaliação patrimonial .	-	53.331	28.324
				Reserva de lucros	-	111.950	77.758
				Total do patrimônio líquido...		2.321.861	2.134.495
				Total do passivo e patrimônio líquido		2.930.658	2.704.076

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	25	757.299	712.103
Custos dos serviços de abastecimento de água.....	-	(209.843)	(203.200)
Custos dos serviços de esgoto.....	-	(104.242)	(102.983)
Custos administrativos dos serv. de água e esgoto.....	-	(84.966)	(83.048)
Custo dos serviços prestados	26	(399.051)	(389.231)
Lucro bruto		358.248	322.872
Despesas comerciais.....	28	(102.981)	(107.549)
Despesas administrativas.....	29	(115.245)	(86.601)
Participação dos empregados.....	24.5	(9.640)	(9.552)
Resultados dos serviços de construção.....	13	2.540	1.752
(Outras despesas) receitas operacionais líquidas.....	30	(7.511)	(13.395)
		(232.837)	(215.345)
Resultado antes das receitas financeiras e impostos		125.411	107.527
Resultado financeiro.....	27	9.182	4.161
Resultado antes dos impostos		134.593	111.688
Imposto de renda.....	31	-	(14.698)
Contribuição social.....	31	(7.928)	(5.532)
		(7.928)	(20.230)
Lucro líquido do período		126.665	91.458
Lucro por ação		0,06	0,05

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do período	126.665	91.458
Reserva de reavaliação.....	6.366	4.331
Reversão da provisão para IR sobre a reserva de reavaliação.....	(40.062)	-
Ganhos e perdas atuariais.....	(8.689)	(73.680)
Resultado abrangente total	84.280	22.109

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros Investimentos	Reserva Legal	Ajustes de avaliação patrimonial Reavaliação	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos 01 de janeiro de 2016		1.866.977	59.703	29.232	106.335	-	2.062.249
Aumento de capital.....		103.970	-	-	-	-	103.970
Absorção reserva investimento.....		57.466	(57.466)	-	-	-	-
Lucro líquido do período.....		-	-	-	-	91.458	91.458
Realização da reserva de reavaliação.....		-	-	-	(4.331)	4.331	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial.....		-	-	-	(73.680)	-	(73.680)
Destinação do lucro							
Constituição da reserva legal.....	24.2	-	-	4.572	-	(4.572)	-
Constituição da reserva de investimento.....	24.5	-	41.717	-	-	(41.717)	-
Juros sobre capital próprio.....	24.4	-	-	-	-	(49.500)	(49.500)
Saldos em 31 de dezembro 2016		2.028.413	43.954	33.806	28.324	-	2.134.497
Saldos 01 de janeiro de 2017		2.028.413	43.954	33.806	28.324	-	2.134.497
Aumento de capital.....		88.062	-	-	-	-	88.062
Absorção reserva investimento.....		40.105	(40.105)	-	-	-	-
Lucro líquido do período.....		-	-	-	-	126.665	126.665
Realização da reserva de reavaliação.....		-	-	-	(6.366)	6.366	-
Ajuste Reserv. Reaval. Per. Anteriores.....		-	-	-	1.236	(1.236)	-
Baixa da Provisão para IRPJ e CSLL sobre a reserva de reavaliação.....		-	-	-	38.826	-	38.826
Ajuste de avaliação patrimonial.....		-	-	-	(8.689)	-	(8.689)
Destinação do lucro							
Constituição da reserva legal.....	24.2	-	-	6.333	-	(6.333)	-
Constituição da reserva de investimento.....	24.5	-	67.962	-	-	(67.962)	-
Juros sobre capital próprio.....	24.4	-	-	-	-	(57.500)	(57.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		2.156.580	71.811	40.139	53.331	-	2.321.861

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**CNPJ: 28.151.363/0001-47****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do período	126.665	91.458
Ajustes do resultado do exercício		
Depreciação e amortização	77.365	68.054
Resultado na alienação de imobilizado	1.229	8.988
Provisões.....	25.857	23.515
Participação dos empregados	9.640	9.552
Resultado de construção.....	(2.540)	(1.752)
Outras receitas não monetárias	(186)	(317)
	238.030	199.498
(Redução)/aumento nos ativos		
Contas a receber de clientes	(6.453)	(13.711)
Estoque de material	1.709	940
Despesas antecipadas	7.763	(228)
Impostos a recuperar	(7.602)	(1.646)
Depósitos judiciais	3.262	(4.125)
	(1.321)	(18.770)
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	7.354	(9.365)
Salários, férias e encargos sociais	1.226	(2.585)
Impostos e contribuições	(26.762)	(93)
Contribuições à FAECES.....	(5.714)	(5.894)
Outros	(25.652)	2.744
	(49.548)	(15.193)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais.....	187.161	165.535
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	(269.198)	(154.330)
Contratos de concessões indenizáveis....	1.168	(37.361)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(268.030)	(191.691)
Fluxo de caixa atividades de financiamentos		
Obtenção empréstimo bancário	29.093	28.810
Amortização empréstimo bancário	(10.047)	(15.746)
Participação de empregados.....	(9.344)	(11.388)
Crédito de acionistas.....	55.950	49.589
Aplicação financeira em garantia.....	737	(1.120)
Subvenções para investimentos.....	47.579	3.182
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	113.968	53.327
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	33.099	27.171
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	78.118	10.607
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	111.217	37.778
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	33.099	27.171

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Geração do valor adicionado		
Receita líquida dos serviços de abastecimento de água e esgoto.....	757.299	712.103
PIS/COFINS	78.625	73.662
Receita bruta dos serv. de abastecimento de água e esgoto.....	835.924	785.765
Outras receitas.....	5.593	4.306
Provisões diversas	(9.414)	(7.047)
Resultados não operacionais	(1.338)	(9.074)
	830.765	773.950
Geração do valor adicionado		
Materiais consumidos	(20.426)	(18.086)
Serviços consumidos e outros custos.....	(162.205)	(153.448)
Energia e outras despesas operacionais	(96.887)	(86.210)
	(279.518)	(257.744)
Retenções		
Depreciação e amortização	(77.365)	(68.054)
	(77.365)	(68.054)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	473.882	448.152
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações monetárias ativas	25.843	22.547
Aluguéis.....	187	172
	26.030	22.719
Valor adicionado total a distribuir....	499.912	470.871
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Salários e encargos.....	129.646	129.967
Participação dos empregados nos lucros	9.640	9.552
Planos de aposentadoria e pensão	4.768	4.663
Assistência médica e odontológica	19.487	12.978
	163.541	157.160
Governo	142.638	139.013
Financiadores.....	67.068	83.240
Acionistas.....	57.500	49.500
Lucros retidos	69.165	41.958
	499.912	470.871

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, com sede na cidade de Vitória - ES, foi criada por meio da Lei nº 2.282/1967, alterada pelas Leis nºs 2.295/1967, 9.772/2011 e 10.478/2015 e regulamentada pelo Decreto nº 4.809/1993.

A CESAN é uma empresa de economia mista, enquadrada no Regime Jurídico de Direito Privado Brasileiro como uma sociedade anônima de capital fechado, sendo seu acionista majoritário o Governo do Estado do Espírito Santo. Tem como missão prestar serviços de saneamento com sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento e a melhoria na qualidade de vida.

A Companhia atua na captação, tratamento e distribuição de água, e na coleta e tratamento de esgotos no Estado do Espírito Santo, mediante delegação do Governo do Estado, contratos de concessões e contrato de programa com os municípios nos quais atua. Sua atividade compreende também a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes, podendo atuar no setor de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de participar do bloco de controle ou do capital social de outras sociedades e constituir subsidiárias, que poderão se associar a outras empresas do setor de saneamento no Brasil ou exterior.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia atuava em 52 municípios de um total de 78 municípios do Estado do Espírito Santo, em operações de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo 879.888 economias em abastecimento de água (902.722 em 31.12.2016) e 489.571 economias em esgotamento sanitário (465.645 em 31.12.2016). As 10 principais concessões da Companhia possuem os seguintes prazos de vencimento:

Localidade	Concessões de Água		Concessões de Esgoto		Término Concessão
	Nº de Economias	Nº de Economias	Nº de Economias	Nº de Economias	
Vila Velha	183.058	185.313	95.190	88.774	26/02/2046
Serra	158.616	168.502	117.041	114.954	26/06/2043
Vitória.....	141.643	144.390	118.569	109.858	07/03/2055
Cariacica	114.086	120.300	45.668	44.401	07/03/2055
Guarapari	62.387	63.770	41.196	39.981	28/12/2047
Viana	17.539	18.900	8.074	7.971	07/03/2055
Piúma	13.358	13.654	8.049	8.034	10/10/2022
Nova Venécia	13.314	13.156	-	-	20/07/2039
Castelo	11.078	10.918	9.381	9.165	18/07/2022
Barra de São Francisco.....	10.697	10.654	2.919	2.796	03/07/2022

Em média, os serviços da Companhia cobrem mais de 70% do Estado do Espírito Santo e 98% de todas as localidades por ela atendidas.

A Companhia, em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador que tem como uma de suas metas priorizar o social, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios que detêm a concessão.

Reclassificação de contas patrimoniais para melhor apresentação

Determinados valores incluídos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, aqui apresentados para fins de comparação, foram reclassificados para melhor comparabilidade, conforme demonstrado a seguir:

Passivo	Nota	Balço Patrimonial	Reclassificação	Balço Patrimonial
		Reclassificado		2016
Circulante				
Contribuições para FAECES	19	6.306	-	6.306
		6.306	-	6.306
Não circulante				
Contribuições para FAECES	19	17.104	(73.681)	90.785
Plano de Aposentadoria	19	75.603	73.681	1.922
		92.707	-	92.707
		99.013	-	99.013

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão apresentadas nesta seção.

Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 14 de março de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. Ativos financeiros disponíveis para venda, demais ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores repor-

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

tados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas Notas:

- **Nota nº 06** – Créditos e contas a receber de usuários;
- **Nota nº 11** – Imobilizado;
- **Nota nº 12** – Intangível;
- **Nota nº 13** – Contrato de concessões indenizáveis;
- **Nota nº 18** – Provisões.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis nestas demonstrações contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Essas políticas foram adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados pro rata temporis até a data do balanço.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros

Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não

circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, valores imobiliários, contas a receber de clientes, contratos de concessão indenizáveis, e adiantamentos e convênios.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos da dívida até o vencimento, então tais ativos são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros

Classificação

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e créditos de acionistas.

Passivos financeiro não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c. Contas a receber

i. De clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água, pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável, constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. Adicionalmente, a Companhia constitui a provisão dos títulos vencidos dos clientes que compõem a base de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R\$15 são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na Rubrica "Despesas comerciais".

Provisão Complementar

A Administração constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias para clientes que possuem fatura (s) inserida (s) na provisão para crédito de liquidação duvidosa.

ii. Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços re-

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

lacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no ativo não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Estoques de materiais

Os estoques de materiais são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados a execução de obras são classificados no ativo intangível em obras em andamento.

f. Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e a Lei nº 11.445/2007- Marco Regulatório.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final da concessão ou a vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor. O padrão de consumo dos ativos tem relação com a vida útil econômica em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

O Intangível inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do intangível aos quais foram incorporados.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para sua obtenção e para que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

g. Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e edificações da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição

dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classes de Ativos	2017 - 2016	
	Anos	%
Edificações e estruturas.....	25	4
Móveis e utensílios.....	10	10
Veículos e equipamentos de transporte.....	5	20
Máquinas e equipamentos.....	10	10
Equipamentos - laboratório.....	10	10
Computadores e periféricos.....	5	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

h. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e Contribuição Social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é então estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado.

i. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 12 meses.

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

k. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade da Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, provisões são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa de juros antes do imposto corrente que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação. Quando o desconto for utilizado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.

l. Imposto de Renda e Contribuição Social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos.

Através da Ação Cível Ordinária nº 2730 transitada em julgado pelo Supremo Tribunal Federal na data de 04/05/2017 foi concedido a Imunidade Tributária recíproca no artigo 150 alínea "a" da Constituição Federal, sobre o Imposto de Renda Pessoa Jurídica devido.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

Imposto de Renda corrente

O encargo de Imposto de Renda corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, a posição assumida em declarações de impostos com relação a situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais

provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada aplicável no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

Impostos sobre a venda

As receitas de serviços estão sujeitas a impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Tributos	Alíquota %
PIS.....	1,65
COFINS.....	7,60

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

A Companhia não é enquadrada como contribuinte do ICMS conforme Parecer nº 009/2012-SEFAZ-ES.

m. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Planos de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego nos quais a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência), não tendo nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos empregados relativamente aos seus serviços do período corrente e anterior. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

São planos de benefício pós-emprego que não sejam um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximam das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

A Companhia possui os seguintes planos de benefícios a empregados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte e assistência médica.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para cômputo da obrigação final.

Participação nos lucros

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas "Participação de Empregados", no passivo circulante, e "Participação dos Empregados", no resultado.

n. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. Estas são registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

o. Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

p. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método do custo mais margem. Essa receita passou a ser atribuída, a partir de 1º de janeiro de 2009, com base na taxa do custo ponderado médio de capital - WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras e pelo resultado da margem de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

q. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre impositividade nos recebíveis e de juros sobre aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Os Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

r. Distribuição de dividendos

A Companhia distribui seus dividendos, quando apropriados, na forma de juros sob o capital próprio. Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na Rubrica "Despesas Financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações contábeis, os juros sobre o capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados, contudo os efeitos fiscais ficam registrados no resultado.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

s. Contratos de concessão

A Companhia desenvolve várias ações para manutenção dos Contratos de Concessões e sua renovação conforme Lei Federal nº 11.445/07, através dos Contratos de Programa, inclusive prestando apoio técnico na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) junto aos Municípios que detêm a concessão.

Dos 52 municípios sob concessão da CESAN, 38 possuem Contrato em vigor com prazo de vencimento entre 2019 e 2051, e, 14 estão com Contratos vencidos, destes, 02 estão em fase imediata de assinatura do novo Contrato de Programa, 08 estão aguardando aprovação das Leis do Plano e/ou Leis Autorizativas das respectivas Câmaras Municipais para assinatura do novo Contrato de Programa, e 04 estão concluindo a elaboração de seus respectivos PMSB para continuidade do processo de renovação.

De acordo com as novas diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 11.445/07 - Marco Regulatório do setor, 15 municípios possuem Contratos de Programa assinados, 06 municípios estão com as leis autorizativas aprovadas e publicadas, e em processo de assinatura, sendo o prazo referencial de validade, de 30 anos. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

Até a data de 31 de dezembro de 2017, não foi registrada nenhuma mudança nas cláusulas contratuais que afetasse de forma significativa a relação entre a Companhia e os municípios concedentes.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Agência de Regulação de Serviços Públicos - ARSP e é revisto anualmente (normalmente no mês de agosto), tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos e a modicidade tarifária, mediante mecanismos que tanto induzam a eficiência e eficácia dos serviços, quanto permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade, considerando tanto os custos e despesas, além da remuneração dos investimentos e ativos em operação, na forma da Lei nº 11.445/07.

A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários, por meio de tarifa, tendo por base o volume de água consumido e de esgoto coletado, multiplicado pelo valor do m3 fixado pela agência de regulação.

t. Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

seu acionista majoritário e com as empresas ou órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas empresas ou órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

u. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações contábeis preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

v. Modificações e atualização de práticas contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou antecipadamente essas alterações na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e planeja, se aplicável, adotar estas normas no curso normal de adoção e espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis no período de adoção inicial.

A seguir, normas avaliadas pela Administração da Companhia:

• Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações contábeis entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.

• Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.

• IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.

• IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.

• IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	46	48
Bancos - conta movimento	3.276	4.682
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	75.108	33.048
Total	78.430	37.778
Aplicações Financeiras		
Caixa Econômica Federal	75.108	33.048
Total	75.108	33.048

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados a taxas que variam entre 98,0% e 100% do Fundo DI.

A Companhia mantém aplicado recursos próprios provenientes de sua atividade, em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os ativos financeiros incluem somente valores em reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira.

Nenhum desses ativos financeiros encontra-se vencidos e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

5. VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia mantém depositado nos Bancos Banestes e Caixa Econômica Federal recursos destinados à execução de obras de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e outras obrigações conforme quadro a seguir:

Aplicações Financeiras-Depósitos Vinculados	31.12.2017	31.12.2016
SES Nova Venécia.....	-	1.379
SAA Santa Leopoldina	-	4
SAA Reis Magos.....	10.870	21.276
Contas Reservas-Obras Financiadas CEF...	1.814	3.104
Conta Reserva PPP.....	9.166	-
Agua e Paisagens	8.707	-
Convenio FINEP.....	114	271
Governo Estado para Obras Diversas.....	1.155	9.502
SES Mucurici.....	-	1.358
SES Pancas.....	-	2.478
Bloqueios Judiciais.....	961	968
Total	32.787	40.340

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

6. CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

	31.12.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valores a receber de usuários.....	126.123	7.311	133.434	122.692	6.547	129.239
Valores a receber de Parte relacionada	1.868	-	1.868	1.191	-	1.191
Consumo não faturado	32.179	-	32.179	33.719	-	33.719
Total Contas a Receber	160.170	7.311	167.481	157.602	6.547	164.149
Arrecadação a discriminar.....	(228)	-	(228)	(567)	-	(567)
(-) Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(18.587)	-	(18.587)	(21.211)	-	(21.211)
	(18.815)	-	(18.815)	(21.778)	-	(21.778)
	141.355	7.311	148.666	135.824	6.547	142.371

O saldo do contas a receber a longo prazo contempla parcela oriunda de parcelamento de faturas de água/esgoto cujo vencimento é 12 meses após o encerramento deste exercício.

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	31.12.2017	31.12.2016
Valores a faturar	32.179	33.719
Valores faturados		
A vencer (circulante + não circulante).....	42.049	43.382
Vencidos até 30 dias	23.164	22.467
Vencidos de 31 a 60 dias	11.349	11.446
Vencidos de 61 a 90 dias	6.489	7.444
Vencidos de 91 a 120 dias	5.173	6.027
Vencidos de 121 a 150 dias.....	4.486	5.138
Vencidos de 151 a 180 dias.....	3.704	3.969
Vencidos acima de 180 dias	11.381	11.432
	139.974	145.024
Parcelamentos a vencer.....	27.507	19.125
Total.....	167.481	164.149

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 50.406 (R\$ 62.262 em 31 de dezembro de 2016) como perda efetiva do seu contas a receber diretamente no resultado.

	31.12.2017	31.12.2016
Saldo em 1º de janeiro 2017	21.211	19.891
Provisão para perdas de contas a receber	47.782	63.582
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(50.406)	(62.262)
Saldo em 31 de dezembro 2017	18.587	21.211

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na Nota Explicativa nº 22.

6.1. Contas a receber de partes relacionadas

Os valores relativos a contas a receber com partes relacionadas estão assim demonstrados:

Cliente	31.12.2017	31.12.2016
Assembleia Legislativa	0	11
Banestes	5	3
Bandes	1	2
Cia de Transportes Urbanos Grande Vitória	75	82
Corpo de Bombeiros Militar	5	4
Departamento Estadual de Estradas e Rodagem.....	2	0
Defensoria Pública do Espírito Santo	2	1
Departamento de Imprensa Oficial.....	1	0
Estado do Espírito Santo	18	5
Faculdade de Música do Estado do Espírito Santo.....	0	1
Hospital da Polícia Militar	0	0
Instituto Atendimento Sócio Educativo ES	51	49
Instituto Capixaba de Pesquisa Assis. Tecn. e Extensão Rural	3	2
Instituto de Defesa Agrop. e Florestal do ES	0	4
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	6	6
Instituto Jones dos Santos Neves.....	1	1
Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação	1	0
Instituto de Pesos e Medidas do Espírito Santo.....	2	1
Instituto de Previdência dos Servidores Estaduais	1	2
Ministério Público do ES.....	18	12
Polícia Civil - Delegacias e Distritos	13	21
Polícia Militar	47	0
Secr. Estado de Educação	388	0
SESPORT.....	15	0
Secr. Estado da Saúde.....	321	230
Secr. Estado de Ciência e Tecnologia	5	3
Secr. Estado da Fazenda	8	0
Secr. Estado de Segurança Pública	5	0
Secr. Estado de Cultura	710	634
Secr. Estadual da Justiça	36	41
Secr. Estadual de Agricultura.....	28	0
Secr. Estadual Gestão Recursos Humanos .	1	0
Rádio e Televisão Espírito Santo	8	5
Tribunal de Contas do ES	83	62
Tribunal de Justiça	8	3
Outros	8	3
Total.....	1.868	1.191

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Imposto de renda antecipado (a).....	9.923	1.920
Contribuição Social antecipada (a).....	211	428
COFINS antecipado Lei nº 9.430/96.....	416	335
PIS Lei nº 9.430/96.....	80	152
Outros tributos a recuperar.....	3	177
Contribuições previdenciárias.....	-	18
Total.....	<u>10.633</u>	<u>3.030</u>
Circulante.....	3.722	3.030
Não circulante.....	6.911	-
	<u>10.633</u>	<u>3.030</u>

(a) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social antecipados referem-se à apuração anual demonstrada na nota explicativa nº 30.

9. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social reconhecidos no passivo não circulante quando correspondem a diferenças temporárias entre a legislação tributária vigente e as técnicas e pronunciamentos contábeis vigentes.

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Ativos		Passivos		Líquidos	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Contas de clientes - PDD Gerencial.....	1.377	2.888	-	-	1.377	2.888
Contingências Trabalhistas e Cíveis.....	42.641	41.980	-	-	42.641	41.980
Atualiz. Processos INSS.....	17.638	17.319	-	-	17.638	17.319
Reserva de reavaliação.....	-	-	(151.062)	(157.666)	(151.062)	(157.666)
Ajustes de RTT.....	(7.802)	(5.815)	-	-	(7.802)	(5.815)
Estudo atuarial Faeces.....	332	332	-	-	332	332
Base - diferença temporária.....	<u>54.186</u>	<u>56.704</u>	<u>(151.062)</u>	<u>(157.666)</u>	<u>(96.876)</u>	<u>(100.962)</u>
Base - diferença temporária.....	4.877	19.279	(13.553)	(53.442)	(8.676)	(34.163)
Impostos ativos (passivos).....	<u>4.877</u>	<u>19.279</u>	<u>(13.553)</u>	<u>(53.442)</u>	<u>(8.676)</u>	<u>(34.163)</u>

Movimento em diferenças temporárias durante o ano:

	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2016</u>	<u>Reconhe-</u> <u>cimento</u> <u>apuração</u> <u>do tributo</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2017</u>
Reserva de reavaliação....	(53.442)	39.891	(13.553)
Diferenças temporárias ...	19.279	(14.404)	4.877
	<u>(34.163)</u>	<u>25.487</u>	<u>(8.676)</u>

11. IMOBILIZADO

11.1. Composição dos saldos

	31.12.2017		31.12.2016		
	<u>Taxas anuais</u> <u>de depreciação</u> <u>(%)</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u> <u>acumulada</u>	<u>Total</u> <u>Líquido</u> <u>(R\$)</u>	<u>Total</u> <u>Líquido</u> <u>(R\$)</u>
Terrenos.....	-	3.844	-	3.844	3.844
Edificações e estruturas.....	4%	23.223	(10.474)	12.749	13.473
Móveis e utensílios.....	10%	7.730	(5.725)	2.006	2.602
Veículos equip. transportes.....	20%	17.045	(15.384)	1.662	3.372
Máquinas e equipamentos.....	10%	13.796	(9.053)	4.743	5.920
Computadores e periféricos.....	20%	19.774	(16.997)	2.777	4.434
Total.....		<u>85.412</u>	<u>(57.633)</u>	<u>27.779</u>	<u>33.644</u>

A depreciação do exercício de 2017 apropriada ao resultado foi de R\$ 6.746 (R\$ 7.565 em 31 de dezembro de 2016) como despesa administrativa.

8. ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS

Os valores de adiantamentos e convênios estão assim demonstrados:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Adiantamento a fornecedores.....	332	197
Adiantamento a empregados.....	5.169	5.938
Créditos de órgãos públicos.....	152	44
Convênio Prefeitura de Vitória.....	-	7.404
Convênio Prefeitura de Águia Branca (a) ..	750	750
Outros convênios.....	270	104
	<u>6.673</u>	<u>14.437</u>

(a) **Convênio Prefeitura de Águia Branca** - A Companhia firmou o Convênio nº 147/2011 com o município de Águia Branca para obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da sede do município no valor de R\$ 750, sendo que após a conclusão das obras o Sistema será repassado para operação da Companhia.

10. ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS - LONGO PRAZO

Prefeitura de Vila Velha - A Companhia firmou o Convênio nº 039/2011 com o Município de Vila Velha para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Terra Vermelha e Adjacências no valor R\$ 3.984, sendo que após a conclusão das obras o Sistema será repassado para operação da CESAN. Até 31 de dezembro de 2017 foi repassado ao município o valor de R\$ 2.699:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Convênio 39/2011 - Prefeitura Municipal de Vila Velha.....	2.699	2.699
Total.....	<u>2.699</u>	<u>2.699</u>

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

11.2. Movimentação

	Saldo em 31.12.2015	Adições	2016 Baixas	Saldo em 31.12.2016	Adições	2017 Baixas	Saldo em 31.12.2017
Terrenos.....	3.843	1	0	3.844	-	-	3.844
Edificações e estruturas.....	22.594	426	0	23.020	202	-	23.223
Móveis e utensílios.....	8.308	17	(3)	8.322	51	(643)	7.730
Veículos equip. transportes.....	18.853	9	(95)	18.768	-	(1.723)	17.045
Máquinas e equipamentos.....	13.035	4.054	0	17.089	1.010	(4.303)	13.796
Computadores e periféricos.....	21.142	1.376	(56)	22.462	10	(2.698)	19.774
Subtotal.....	87.775	5.883	(154)	93.505	1.273	(9.367)	85.412
Depreciação acumulada.....	(52.295)	(8.290)	3.327	(59.861)	(6.746)	8.974	(57.633)
Total.....	35.480	5.875	(150)	33.644	(5.473)	(393)	27.779

12. INTANGÍVEL

12.1. Composição dos saldos

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujo prazo de concessão normal é de 30 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não.

No caso de não renovação, o valor residual de ativos será indenizado à Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão antes de seu encerramento:

	31.12.2017			31.12.2016	
	Custo	Amortização acumulada	Ajuste a Valor Recuperável	Valor líquido (R\$)	Valor líquido (R\$)
Ativos da concessão.....	2.920.096	(823.536)	(184.779)	1.911.781	1.779.587
Intangível em andamento.....	480.488	-	-	480.488	406.310
Software.....	74.634	(52.205)	-	22.429	29.448
Total.....	3.475.218	(875.740)	(184.779)	2.414.699	2.215.345

O saldo da conta Intangível em Andamento em 31 de dezembro de 2017, no total de R\$ 480.488, refere-se em obras de ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água no montante de R\$ 187.907; obras relativas a ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário no montante de R\$ 249.415; R\$ 15.653 em materiais para aplicação em obras e R\$ 27.513 em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2017 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia no montante de R\$ 3.293 (R\$ 2.105 no exercício 2016).

A amortização do exercício de 2017 foi de R\$ 87.290 (R\$ 83.450 em 2016).

Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01 (R1), aprovado, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da CESAN, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b;

- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;
- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;
- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos do caixa, também foi considerado como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos preveem ressarcimento pelos municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato;
- As projeções de despesas, nos fluxos de caixa, foram realizadas por grupo de análise e projetadas com base na média dos últimos cinco anos de cada análise em relação a receita bruta;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 56.
- O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que são de operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

12.2. Movimentação

Intangível	2016					Saldo em 31.12.2016
	Saldo em 31.12.2015	Adições	Baixas	Amortização	Ajuste Valor Recuperável	
Ativos da concessão líquidos.....	1.752.541	153.615	(9.753)	(73.564)	(43.252)	1.779.587
Intangível em andamento.....	342.277	185.309	(121.276)	-	-	406.310
Software.....	39.334	10	(9)	(9.887)	-	29.448
	2.134.152	338.934	(131.038)	(83.450)	(43.252)	2.215.345
Intangível	2017					Saldo em 31.12.2017
	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Amortização	Ajuste Valor Recuperável	
Ativos da concessão líquidos.....	1.779.587	225.833	(10.227)	(77.456)	(5.956)	1.911.781
Intangível em andamento.....	406.310	224.234	(150.056)	-	-	480.488
Software.....	29.448	2.815	-	(9.833)	-	22.429
	2.215.345	452.882	(160.282)	(87.290)	(5.956)	2.414.699

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

13. CONTRATO DE CONCESSÕES INDENIZÁVEIS

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 175.884 (R\$ 177.053 em 31 de dezembro de 2016) como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital – WACC, atrelados às respectivas contas a receber.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. A CESAN realizou estudos com base estatística sobre seus contratos de terceirização de construções de obras, serviços, projetos e fiscalização, ponderando com o custo de oportunidade do capital, encontrando o percentual de 1,70% da margem de ganho sobre estes tipos de contratos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia, apurados conforme ICPC-01 e CPC-17 no exercício atual e no exercício anterior, estão demonstrados a seguir:

31.12.2017 **31.12.2016**

Receitas de Construção	17.824	14.187
(-) Custos de Construção.....	15.284	12.435
(=) Receita de Construção Líquida....	2.540	1.752

Tais valores foram reconhecidos contabilmente no ativo intangível com contrapartida no resultado do exercício.

14. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Os saldos estão assim demonstrados:

31.12.2017 **31.12.2016**

Fornecedores de materiais	5.146	3.376
Fornecedores de serviços.....	34.462	28.879
Total.....	39.608	32.255

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31.12.2017			31.12.2016		
	Circul.	Não circ.	Total	Circul.	Não circ.	Total
Em moeda nacional						
CEF (a)	11.188	183.234	194.422	11.478	163.257	174.735
BANESTES-FINAME (b).....	294	318	612	641	612	1.253
Total.....	11.482	183.552	195.034	12.119	163.869	175.988

	31.12.2016	Adição	Amortização	31.12.2017
CEF	174.735	29.093	(9.406)	194.422
BANESTES-FINAME.....	1.253	-	(641)	612
Total.....	175.988	29.093	(10.047)	195.034

(a) Caixa Econômica Federal – formado por 37 contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, com recursos do FGTS, utilizados para implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, em diversos municípios do Estado do Espírito Santo. O prazo final para pagamento é em 2040. As taxas de juros dos contratos variam de 6,00% a 9,50% a.a., utilizando como indexador a Taxa Referencial – TR.

Garantias

As garantias contratuais dos contratos da Caixa estão estabelecidas da forma padronizada em seus contratos, conforme segue:

"O Tomador oferece à CAIXA, a partir da data de assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irretratável, até que a dívida seja integralmente quitada, o penhor dos direitos emergentes de contrato(s) de concessão ou contrato(s) programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pelo Tomador em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico, em conformidade com o que preconiza os artigos 1.451 à 1.460 do Código Civil Brasileiro e o artigo 28 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

A receita garantida pelo presente penhor correspondente ao valor de três vezes o encargo mensal, composto na fase de carência por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, por principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito, calculado com base na última cobrança disponível para o contrato, permanecendo, a receita ora dada em garantia vinculada até a total liquidação das obrigações assumidas no contrato, depositada na Conta Arrecadadora."

Além das garantias expostas acima, o Contrato de Financiamento nº 0410.553.65/2014, para execução de obras de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Bairro Civit e adjacências, município de Serra, neste Estado, exige em sua Clausula 13.13.1:

"Conta de Titularidade do TOMADOR, vinculada a este contrato de financiamento, aberta na agência da CAIXA Agência Beira Mar/ES – nº 0167-8 nº. – 0167.03.9692-3, não movimentável por seu titular, mantida durante todo o período de vigência do contra-

to de financiamento, na qual é acumulado saldo equivalente a 01 encargo mensal, composto na fase de carência por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, por principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito calculado com base na última cobrança disponível para este contrato, permanecendo este saldo bloqueado até a liquidação do financiamento ora concedido.

Contrato nº	Objeto	Garantia	Saldo na Conta em 31.12.2017
410.553-65	SAA Civit I	35	97

(b) BANESTES /FINAME– Em dezembro de 2014 foram assinadas duas Cédulas de Crédito bancário com o Banco do Estado do Espírito Santo – Banestes, providas com recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira e originários de repasse do BNDES e da Agência Especial de Financiamento – FINAME, por meio do Programa de Sustentação do Investimento – PSI, sendo o Banestes o agente financeiro desta operação. Esta operação destina-se à aquisição de 05 caminhões e 25.000 hidrômetros. As garantias das obrigações assumidas nas cédulas de crédito pela Cesan serão os próprios bens a serem adquiridos na forma de alienação fiduciária.

A composição de cada Cédula é a seguinte:

- Operação nº 2014/000130-1;
- **Assinatura:** 05 de dezembro de 2014;
- **Finalidade:** aquisição de 05 caminhões;
- **Programa:** BNDES/FINAME/PSI;
- **Valor:** R\$869;
- **Taxa de Juros:** 6,00% a.a.;
- **Carência:** 06 meses;
- 30 parcelas mensais de amortização vencendo a primeira em 15 de julho de 2015;
- **Prazo total:** 36 meses.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Operação nº 2014/41693-2.

- **Assinatura:** 30 de dezembro de 2014;
- **Finalidade:** aquisição de 25.000 hidrômetros;
- **Programa:** BNDES/FINAME/PSI;
- **Valor:** R\$1.175;
- **Taxa de Juros:** 6,00% a.a.;
- **Carência:** 12 meses;
- 04 parcelas trimestrais de juros vencendo a primeira em 15 de maio de 2015;
- 48 parcelas mensais de amortização vencendo a primeira em 15 de fevereiro de 16;
- **Prazo total:** 60 meses.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31.12.2017	31.12.2016
ISS retido na fonte	1.701	1.594
Imposto de renda	-	1.965
Contribuição social.....	685	820
Contribuições retidas na fonte	968	813
PIS.....	559	489
COFINS.....	2.596	2.281
INSS retido na fonte	1.508	1.443
Outras retenções e contribuições	3	1
Imposto de renda retido na fonte.....	2.303	2.192
Total.....	10.323	11.598

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

Os salários e encargos sociais a pagar estão assim demonstrados:

	31.12.2017	31.12.2016
INSS a pagar	8.543	8.407
FGTS a pagar.....	2.400	2.550
Pensionista a pagar.....	1	3
Sesi/Senai a pagar	226	173
Consignações a pagar	1.329	1.024
Férias a pagar.....	13.276	12.667
13º salário	-	7
Licença prêmio.....	4.925	4.642
Total.....	30.700	29.473

18. PROCESSOS JUDICIAIS

18.1. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária. A CESAN mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer diante das questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte maneira:

	Depósitos judiciais		Processos judiciais	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Cível (a).....	5.753	5.956	14.876	8.750
Trabalhista (b) ..	13.922	17.051	38.699	31.386
Tributária (c)...	10.143	10.073	3.269	16.863
Ambiental (d) .	-	-	2.590	2.790
Total.....	29.818	33.080	59.434	59.789
Curto prazo	-	-	19.854	14.492
Longo prazo....	29.818	33.080	39.580	45.297
	29.818	33.080	59.434	59.789

Movimentação dos Processos Judiciais

Circulante	31.12.2016	Adições	Baixas	31.12.2017
Trabalhista.....	2.952	12.035	12.599	2.388
Ambiental.....	2.790	128	328	2.590
Cível	8.750	9.567	3.441	14.876
Total.....	14.492	21.730	16.368	19.854

Não circulante

Trabalhista.....	28.434	17.876	10.000	36.310
Fiscal.....	16.863	318	13.911	3.270
Total.....	45.297	18.194	23.911	39.580
Trabalhista.....	31.386	29.911	22.599	38.698
Ambiental.....	2.790	-	-	2.590
Cível.....	8.750	9.567	3.441	14.876
Fiscal.....	16.863	318	13.911	3.270
Total.....	59.789	39.796	39.951	59.434

Movimentação Depósitos Judiciais

Não circulante	31.12.2016	Adições	Baixas	31.12.2017
Cível.....	5.956	1.305	1.508	5.753
Tributário	10.073	2.138	2.068	10.143
Trabalhista.....	17.051	10.526	13.655	13.922
Total.....	33.080	13.899	17.301	29.818

a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços, etc;

b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intrajornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas;

c) Os valores referem-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos;

d) Os processos ambientais referem-se autuações recebidas de órgãos fiscalizadores de Meio Ambiente nas esferas federais, estadual e municipais, sendo que a Companhia vem contestando tais autuações via administrativa e judicial.

18.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer diante das eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25, bem como a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	31.12.2017	31.12.2016
Cível.....	11.476	7.003
Trabalhista.....	29.690	41.276
Tributária	17.453	36.476
Ambiental.....	1.775	5.201
Total.....	60.394	89.956

19. CONTRIBUIÇÕES PARA FAECES (BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO)

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela FAECES - Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN, entidade fechada de previdência complementar.

19.1. Plano de benefício definido

São planos de benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida. Pelos planos de benefícios definidos a obrigação

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

da entidade empregadora é a de proporcionar os benefícios acordados com os empregados correntes e antigos e o risco atuarial (que os benefícios custem mais do que o esperado) e o risco de investimento recaem, substancialmente, na entidade empregadora. Se a experiência atuarial ou de investimento forem piores que o esperado, a obrigação da entidade empregadora pode ser aumentada.

19.1.1. Plano de custeio

- Contribuição mensal e joia dos participantes;
- Contribuição mensal dos patrocinadores;
- Dotação dos patrocinadores, a serem fixadas atuarialmente;
- Receitas de aplicação do patrimônio;
- Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes.

19.1.2. Benefícios

Plano instituído em 25 de maio de 1995, cujo regulamento está adaptado aos ditames da Lei nº Complementar nº108/01 e 109/01, garantindo o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e auto patrocínio, e prevê a concessão dos seguintes benefícios complementares aos da Previdência Oficial:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, inclusive sob a forma antecipada;
- Suplementação da aposentadoria por idade;
- Suplementação da aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Pecúlio por morte.

a) Salário de participação

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições e benefícios dos participantes e equivalerá à soma dos valores pagos pelo patrocinador a título de ordenado fixo, adicional por tempo de serviço e quinquênio.

b) Salário real de benefício

O salário-real-de-benefício (SRB) corresponderá a 78% (setenta e oito por cento) da média aritmética simples dos 12 (doze) últimos salários-de-participação anteriores ao mês do início do benefício, excluído o 13º salário, corrigidos para esse mês pela variação do INPC (IBGE).

c) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

Para a obtenção de qualquer das suplementações de aposentadoria é indispensável a concessão do benefício básico pela Previdência Oficial, sendo, no caso de aposentadoria programada (tempo de serviço, idade e especial) será exigido ainda o desligamento do quadro de pessoal da patrocinadora.

Carências (aposentadoria programada)

- **Idade mínima:** 55 anos, no caso de aposentadoria tempo de serviço, e 53 anos, no caso de aposentadoria especial;
- **Tempo mínimo de empresa:** 10 anos (fundadores);
- **Tempo mínimo de plano:** 15 anos (não fundadores).

Carência (aposentadoria por invalidez)

- **Tempo mínimo de plano:** dois anos, exceto nos casos de invalidez involuntária.

Suplementação de aposentadoria

A suplementação de aposentadoria corresponderá ao maior valor entre a diferença do SRB e o benefício concedido pela previdência oficial e 15% do SRB.

Suplementação de Pensão

- **Por morte em atividade:** 75% da suplementação de aposentadoria por invalidez que o participante teria direito na data da sua morte;
- **Por morte na aposentadoria:** 75% da suplementação da aposentadoria que o assistido recebia por ocasião do seu falecimento.

Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a cinco vezes o valor da suplementação de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

Reajuste

As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

19.2. Plano de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

19.2.1. Plano de custeio

- Rendimentos das aplicações do patrimônio;
- Outras fontes de receitas legalmente permitidas;
- Recursos portados de outras Entidades de Previdência Complementar;
- Contribuições mensais dos participantes, assim estabelecidas no regulamento;
- Contribuição Básica de Participante, de caráter opcional, corresponde ao resultado da aplicação sobre o Salário de Participação de um percentual escolhido pelo Participante, respeitando-se o mínimo de 1% efetuada no máximo 12 vezes por ano;
- Contribuições Adicionais, de caráter voluntário, efetuadas a qualquer época, sendo seus valores livremente escolhidos pelo Participante, observadas as disposições legais;
- Contribuições de Benefícios de Risco de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;
- Contribuições Administrativas de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, as Despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente;
- Contribuição de Participante em Benefício Proporcional Diferido, de caráter opcional, que consiste em aporte de contribuições do Participante que tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido.

Contribuições mensais dos patrocinadores, assim estabelecidas no regulamento

- Contribuição Normal de Patrocinador, igual à Contribuição Básica de Participante, limitada a 7% do Salário de Participação, efetuada no máximo 12 vezes por ano;
- Contribuições de Benefícios de Risco de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Participante, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;
- Contribuições Administrativas de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o Participante, as Despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

A contribuição Normal de Patrocinador, relativa a cada Participante, cessará automaticamente na primeira das seguintes ocorrências

- Término do vínculo por qualquer razão;
- Quando o Participante for elegível ao Benefício de Aposentadoria Normal;
- Em caso de concessão de Benefício assegurado por este Regulamento.

19.2.2. Benefícios

Plano instituído em 01 de fevereiro de 2006, cujo regulamento prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- Renda de Aposentadoria por invalidez;
- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda de Aposentadoria Antecipada;
- Complementação de pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Abono Anual.

O regulamento garante ainda o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate. Além disso, permite o pagamento em parcela única de até 25% do Saldo de Conta Aplicável.

a) Salário-de-participação

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições dos participantes e equivalerá a soma das rubricas fixas relativas à remuneração do Participante, pagas mensalmente e em caráter habitual pelo Patrocinador, excluindo-se as parcelas pagas com a periodicidade não-mensal, tais como: 13º salário, horas extras, gratificações, participação em resultados, bônus, abono e adicional de férias.

b) Salário real de benefício

O Salário Real de Benefício (SRB) é o valor correspondente à média aritmética simples dos 12 últimos Salários de Participação, atualizados monetariamente pelo INPC, até o mês da concessão do benefício, e será aplicado no cálculo da renda vitalícia de invalidez.

c) Unidade mínima FAECES

Valor correspondente a R\$ 553,50 (quinhentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos) em 31 dezembro de 2017, reajustado anualmente, no mês de maio, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, da Fundação IBGE.

d) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

- **Carências (Aposentadoria Programada):** a complementação de aposentadoria será concedida ao participante que a requerer, desde que:
 - Tenha completado dez anos de contribuição para o Plano;
 - Comprove a cessação do vínculo empregatício com o patrocinador.
- Tenha atingido a idade mínima:
 - Aposentadoria Normal: 55 anos de idade;
 - Aposentadoria Antecipada: 50 anos de idade;
- Carência (Aposentadoria por invalidez);
- **Tempo mínimo de plano:** 2 anos, exceto nos casos de invalidez involuntária;
- Concessão do respectivo benefício básico pela Previdência Oficial.
- Da Renda de Aposentadoria Normal e Antecipada.

O valor inicial do benefício de aposentadoria normal ou antecipada será obtido a partir da conversão atuarial em renda vitalícia do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento, conforme as regras estabelecidas no Regulamento.

Renda de Aposentadoria por Invalidez

O valor inicial do benefício de aposentadoria por invalidez corresponderá ao maior valor entre:

- O resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento em renda mensal vitalícia;
- A diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 (dez) Unidades Mínimas FAECES;
- 10% do salário-real-de-benefício.

Renda de Pensão por morte em atividade

O valor inicial do benefício de Pensão por morte em atividade corresponderá ao maior valor entre:

- O resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável no mês de falecimento do participante em renda mensal vitalícia;
- A diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 Unidades Mínimas FAECES;
- 10% do salário-real-de-benefício;

Renda de Pensão por morte na aposentadoria

- No caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria Normal ou de Aposentadoria Antecipada, o valor mensal do Benefício de Pensão por morte após a aposentadoria será igual a um percentual do valor do benefício que o assistido percebia da FAECES, variável entre 60% e 100%, de acordo com a opção feita pelo do participante falecido na data da sua aposentadoria;
- No caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria por Invalidez que tenha Beneficiário, o valor mensal do Benefício de Pensão por Morte após Aposentadoria será igual a 100% (cem por cento) do valor do Benefício que o Assistido percebia da FAECES.

Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a cinco vezes o valor da renda de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

Reajuste

- As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

19.3. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos compromissos com benefícios definidos. Os itens seguintes registram as principais hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial, classificadas em quatro categorias: econômicas, biométricas, demográficas e outras.

19.3.1. Hipóteses econômicas e financeiras

19.3.1.1. Indicadores

- a) Indexador Econômico: INPC;
- b) Retorno dos Investimentos: Indexador Econômico + 5,21% a.a.;
- c) Inflação futura estimada para cálculo das perdas e ganhos: 4,40% a.a.;
- d) Taxa para desconto a valor presente: Inflação + 5,21% a.a.;
- e) Crescimento real anual de salários: 1,5%;
- f) Crescimento real dos Benefícios do Plano: nulo.

19.3.1.2. Fator de capacidade

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas-base de reajuste:

- a) **Capacidade Salarial:** Não adotado;
- b) **Capacidade do benefício:** Não adotado.

19.3.1.3. Hipóteses biométricas e demográficas

19.3.1.3.1. Biométrica (Ativos, Aposentados e Pensionistas)

- a) **Mortalidade Geral:** AT-83 segregada por sexo;
- b) **Entrada em Invalidez:** LIGHT (média);
- c) **Mortalidade de Inválidos:** IAPB 57 Forte.

19.3.1.3.2. Demográfica (Ativos)

- a) **Rotatividade:** 0,0%;
- b) **Geração Futura:** Não adotada. Os compromissos dos novos ingressantes são apurados somente após sua efetiva adesão ao plano.

19.3.2. Outras hipóteses

- a) Entrada em Aposentadoria: 100% dos Participantes Ativos se aposentarão quando se habilitarem ao benefício regulamentar;
- b) Composição familiar do participante: considera-se que 90% são casados, a esposa é quatro anos mais jovem, com dois filhos dependentes cuja maioria será alcançada quando ele atingir 55 (cinquenta e cinco) anos;
- c) Composição familiar do participante aposentado e do pensionista: adotado a composição familiar real.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

19.4. Política Contábil Adotada pela CESAN no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais

A CESAN adota como procedimento, conforme os itens 92 e 93 do CPC 33, para o valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais como receita ou despesa.

Plano Básico

A.Reconciliação do valor das obrigações atuariais

	31.12.2017	31.12.2016
Valor das obrigações no início do ano...	376.711	278.185
Custo do serviço corrente.....	4.606	17.335
Juros sobre a obrigação atuarial.....	40.680	36.639
Benefícios pagos no ano.....	(24.029)	(21.329)
(Ganho)/perda atuarial	6.986	65.882
Valor das obrigações no final do ano.	404.954	376.712

B.Reconciliação do valor justo dos ativos

Valor justo dos ativos no início do ano..	278.303	246.957
Rendimento esperado no ano.....	30.183	34.930
Contribuições de patrocinadoras.....	1.928	2.392
Contribuições Extraordinárias patronais..	7.667	9.451
Contribuição de participantes vertidas ao Plano	5.304	5.076
Contribuições extraordinárias participantes	1.326	881
Benefícios pagos no ano.....	(24.029)	(21.329)
Ganho/(perda) atuarial nos ativos do plano.....	2.876	(55)
Valor justo dos ativos no final do ano	303.558	278.303

C.Conciliação dos valores reconhecidos no balanço

Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	404.954	376.712
Valor justo dos ativos do plano	(303.558)	(278.303)
Déficit/(Superávit) para cobertura de planos	101.396	98.409
Passivo/(Ativo) líquido	101.396	98.409

D.Componentes da despesa / (receita) do plano

Custo do serviço corrente.....	4.606	17.335
Juros sobre as obrigações atuariais.....	40.680	36.639
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	30.183	34.930
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	75.469	88.904

E.Resumo dos Dados Cadastrais

Participantes Ativos

Quantitativo	403	455
Salário Médio (R\$)	6.951	6.826
Idade Média	57	56
Tempo médio de serviço.....	33	32

Aposentados

Quantitativo	739	728
Idade Média	68	67
Benefício médio (R\$)	2.277	2.063

Pensões

Quantitativo	195	181
Idade Média	66	65
Benefício médio	782	720

1.Componentes da despesa/ (Receita) do plano projetada para próximo ano

Custo do serviço corrente bruto	2.878	4.606
Juros sobre obrigação atuarial	38.544	40.679
Contribuições de participantes	(5.621)	(5.417)
Rendimento esperado dos ativos	(28.946)	(30.183)
Total da (despesa) / receita a ser reconhecida	6.856	9.685

2.Hipóteses usadas para determinar a despesa / (Receita) do plano

Taxa de juros nominal		
Projeção salarial (ao ano).....	1,50%	1,50%
Inflação (ao ano)	4,40%	5,15%

19.5. Confissão de dívida

A Companhia assinou contrato de confissão de dívida, obrigando-se ao pagamento em 17 anos, contados a partir de janeiro de 2001, do valor referente ao tempo de serviço dos seus empregados, transcorrido anteriormente à criação da FAECES. Tal contrato foi averbado como tempo de contribuição efetiva, em conformidade com o que dispõe a Deliberação nº 1.812/94 aprovada pelo Conselho de Administração da CESAN em sua 514ª Reunião.

Em 17 de janeiro de 2008 foi assinado termo aditivo ao contrato de confissão de dívida com pacto adjeto de caução entre a CESAN e a FAECES, no qual é confessada a dívida de R\$51.394 que deverá ser paga em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2008, vencendo a última em 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente ao valor da parcela a amortizar, a CESAN obriga-se a pagar mensalmente, sobre o saldo devedor, uma taxa de juros de 6% ao ano, acrescida do INPC-IBGE do mês anterior ao mês de competência de cada parcela.

Em 30 de dezembro de 2014, foi assinado o Termo Aditivo nº 02 ao Contrato de Confissão de Dívida para recompor as reservas matemáticas surgidas a partir da revisão do Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) dos empregados no valor de R\$ 11.388 que deverá ser pago em 60 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2015, inclusive, terminando em 31 de dezembro de 2019.

Em 24 de novembro de 2015, foi assinado o Termo Aditivo nº 03 ao Contrato de Confissão de Dívida para recompor as reservas matemáticas surgidas a partir da revisão do Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) dos empregados no valor de R\$ 7.063 que deverá ser pago em 60 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2016, inclusive, terminando em 31 de dezembro de 2020.

O quadro a seguir demonstra a posição da parcela amortizante, relativa ao compromisso da CESAN junto à FAECES.

	31.12.2017	31.12.2016(i)
		(Reclassificado)
Passivo Circulante.....	6.294	6.306
Passivo não Circulante.....	11.403	17.104
Passivo não Circulante-CPC 33	84.292	75.603
Total.....	101.989	99.013

(i) Em 31 de dezembro de 2016 os saldos atuariais foram reclassificados para fins de comparação.

20. CRÉDITOS DE ACIONISTAS

	31.12.2017	31.12.2016
Créditos monetários de acionistas.....	17.242	38.682
Total.....	17.242	38.682

O Governo do Estado, acionista majoritário da Companhia realizou aportes em dinheiro durante o exercício findo em 31/12/2017 no valor de R\$ 17.242 para realização de obras de ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário conforme discriminado no quadro a seguir. Os recursos foram contabilizados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital para incorporação ao Capital Social da Companhia no próximo exercício após aprovação na Assembleia dos Acionistas.

Movimentação dos Créditos de Acionistas

	31.12.2016	Adições	Baixas	31.12.2017
Crédito Obras.....	5.682	17.242	5.682	17.242
Crédito Obra - SAA				
Reis Magos-Serra	33.000	-	33.000	-
	38.682	17.242	38.682	17.242

21. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

A Companhia recebe repasses de órgãos públicos para execução de obras em Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em determinadas localidades e/ou regiões. Os valores são reconhecidos como receita quando do efetivo reconhecimento da despesa.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

	31.12.2017	31.12.2016
Município de Cariacica (a).....	306	314
Município de Viana (b).....	199	204
Secret. Estado de Turismo (c)	928	1.143
Sedurb - Nova Venécia (d).....	5.863	5.863
Sedurb - Santa Leopoldina (e).....	1.086	744
Sedurb - Pancas (f)	5.407	5.407
Sedurb - Cariacica (g).....	105	105
FINEP (h)	403	403
Governo do Estado-Conv. ICMS (i).....	5.996	7.380
Sedurb - Mucurici (j).....	823	823
Suppin- Serra (k)	4.963	4.963
Pref. Vitória (l)	48.849	-
Total	74.928	27.349

(a) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Novo Brasil e Adjacências, com a obra em operação;

(b) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Areinha e Adjacências, com a obra em operação;

(c) Refere-se a recursos recebidos para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Vila Itaúnas, município de Conceição da Barra, a obra em operação;

(d) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Nova Venécia;

(e) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do município de Santa Leopoldina;

(f) Refere-se a recursos recebidos para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na sede do Município de Pancas;

(g) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Nova Rosa da Penha e adjacências, no município de Cariacica;

(h) Refere-se a recursos recebidos da FINEP, empresa vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia para financiamento de uma pesquisa para desenvolver soluções tecnológicas para geração de bio-combustível em Estações de Tratamento de Esgoto;

(i) A Companhia recebeu recursos oriundos da isenção de ICMS nas operações internas com energia elétrica destinadas ao seu consumo, realizadas até 31 de dezembro de 2014, para serem gastos em investimentos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

(j) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do município de Mucurici.

(k) Refere-se aos Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Loteamento Cercado da Pedra localizado no município de Serra doadas a CESAN pela SUPPIN.

(l) Refere-se ao Sistema de Esgotamento Sanitário do bairro Grande Vitória e adjacências localizado no município de Vitória repassado para operação da CESAN.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e em curto prazo, que resultam diretamente de suas operações.

Visão geral

O quadro a seguir demonstra a posição em aberto referente a instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Instrumentos financeiros	31.12.2017		31.12.2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa.....				
Contas a receber de clientes				
Valores mobiliários.....				
Adiantamentos e convênios.....				
Contratos de concessão indenizáveis.....				
Total do ativo financeiro	442.440	442.440	411.979	411.979
Passivos financeiros				
Outros passivos financeiros				
Empréstimos, financiamentos.....				
Fornecedores				
Créditos de acionistas				
Total passivo financeiro	251.884	251.884	246.925	213.167

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os riscos de mercado englobam três tipos: risco de juros, risco de cambio e risco de preços. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2017 de 31 de dezembro de 2016.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração de resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Risco de preço

O fluxo de caixa da CESAN não está sujeito às variações nos preços de mercado, visto que as tarifas são previamente definidas pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo – ARSP-ES para uma periodicidade anual.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumen-

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

tem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

No tocante a riscos de elevação a taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido, indexado a variação da TR.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Sensibilidade da taxa de juros

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros nessa porção de empréstimos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeito a taxas variáveis, como descritas a seguir:

	Aumento / redução em pontos-base	Efeito no lucro antes da tributação
31.12.2017		
R\$ 195.034.....	+ 0,5%	975
	- 0,5%	(975)
31.12.2016		
R\$ 175.988.....	+ 0,5%	880
	- 0,5%	(880)

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxa de juros nas taxas atualmente praticada no ambiente de mercado, não demonstrando que possam impactar o resultado da Companhia.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	31.12.2017	31.12.2016
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	442.440	411.979
Passivos financeiros	(251.884)	(246.925)
	190.556	165.054

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos financeiros de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (swap de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Valor justo contra valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis, são os seguintes:

A Companhia reconhece seus créditos a receber pelo valor contábil, uma vez que os juros incidentes sobre as faturas de águas e esgoto são calculados entre a data de vencimento da fatura e o efetivo pagamento, momento que é reconhecido contabilmente:

	Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total contábil
31 de dezembro de 2017					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	-	78.430	-	78.430
Valores mobiliários.....	5	-	32.787	-	32.787
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	-	148.666	-	148.666
Adiantamentos e convênios.....	8	-	6.673	-	6.673
Contrato de concessão indenizáveis	13	-	175.884	-	175.884
		-	442.440	-	442.440
Empréstimo bancário garantido	15	-	-	195.034	195.034
Fornecedores	13	-	-	39.608	39.608
Crédito de acionistas.....	20	-	-	17.242	17.242
		-	-	251.884	251.884

	Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total contábil
31 de dezembro de 2016					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	-	37.778	-	37.778
Valores mobiliários.....	5	-	40.340	-	40.340
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	-	142.371	-	142.371
Adiantamentos e convênios.....	8	-	14.437	-	14.437
Contrato de concessão indenizáveis	13	-	177.053	-	177.053
		-	411.979	-	411.979
Empréstimo bancário garantido	15	-	-	175.988	175.988
Fornecedores	13	-	-	32.255	32.255
Créditos de acionistas	20	-	-	38.682	38.682
		-	-	246.925	246.925

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Taxas de juros utilizadas para determinar o custo amortizado

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Empréstimos e financiamentos	6,52	6,52
	<u>6,52</u>	<u>6,52</u>

Taxa de desconto

A taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa da Companhia foi baseada na taxa de juros livre de risco para título de 10 anos emitidos pelo Tesouro Nacional, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a um investimento em títulos patrimoniais, o risco sistemático da Tall Tree PLC e o risco específico da Companhia, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.

I. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente junto a instituições financeiras oficiais. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes.

No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
AAA	134	14.772
AA+	58.086	35.056
AA-	160	-
A+	52.624	-
	<u>111.004</u>	<u>49.828</u>

(*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Fitch Rating

II. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras do governo estadual e federal, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacional.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

Faixas de vencimento (i)

	<u>Até 01 ano</u>	<u>Entre 01 e 03 anos</u>	<u>Entre 03 e 05 anos</u>	<u>Acima de 05 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2017					
Empréstimos e financiamentos	11.482	25.064	24.280	134.208	195.034
Créditos de acionistas	17.242	-	-	-	17.242
Fornecedores e outras obrigações	39.608	-	-	-	39.608
	<u>68.332</u>	<u>25.064</u>	<u>24.280</u>	<u>134.208</u>	<u>251.884</u>
Em 31 de dezembro de 2016					
Empréstimos e financiamentos	12.119	22.678	23.363	117.828	175.988
Créditos de acionistas	38.682	-	-	-	38.682
Fornecedores e outras obrigações	32.255	-	-	-	32.255
	<u>83.056</u>	<u>22.678</u>	<u>23.363</u>	<u>117.828</u>	<u>246.925</u>

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 15)	195.034	175.988
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota 04)	78.430	37.778
Dívida líquida	116.604	138.210
Total do patrimônio líquido	2.321.859	2.134.495
Total do capital	2.438.463	2.272.705
Índice de alavancagem financeira %	5	6
Índice de capital de terceiros %	5	6

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

23. PARTES RELACIONADAS

23.1. Governo do Estado

A Companhia é controlada diretamente pelo Governo do Estado com 85,50% das ações e de forma indireta por meio da Agência de Desenvolvimento em Redes do Estado do Espírito Santo com 14,27% de ações, totalizando 99,77% das suas ações. Os 0,23% remanescentes das ações são detidos por acionistas não controladores.

Além do saldo decorrente dos investimentos realizados pelo Governo do Estado por meio de aporte de recursos para realização de obras, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20, as demais transações com partes relacionadas são decorrentes do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados à Administração Pública do Estado.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados até 31 de dezembro de 2017 estão demonstrados nas Notas nº6.1 e 25.1, respectivamente.

23.2. Remuneração administradores

A remuneração global anual dos Administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 pagos a título de remuneração foi no montante de R\$ 1.899 e encargos e benefícios no montante de R\$ 662:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Remuneração.....	1.899	1.895
Benefícios.....	662	711
	<u>2.561</u>	<u>2.606</u>

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 2.156.580.174 (R\$ 2.028.413.049 em 31 de dezembro de 2016), representado por 2.156.580.174 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Governo do Estado do Espírito Santo.....	1.843.911.766	85,50%
ADERES	307.712.004	14,27%
Minoritários	4.956.404	0,23%
	<u>2.156.580.174</u>	<u>100%</u>

24.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 30, letra "a" do Estatuto Social da Companhia".

24.3. Dividendos

Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprios propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Lucro líquido do exercício.....	126.665	91.458
Reserva legal (5%)	(6.333)	(4.573)
Realização da reserva de reavaliação.....	(6.366)	4.331
Base de cálculo dos dividendos.....	<u>113.966</u>	<u>91.216</u>
Dividendos (25%)	28.491	22.804
Juros sobre capital próprio.....	57.500	49.500
Imposto de renda retido na fonte.....	(20)	(18)
Valor líquido para distribuição	<u>57.480</u>	<u>49.482</u>

O saldo de juros sobre capital próprio de R\$ 57.480, referente ao exercício de 2017 não foram pagos até 31.12.2017.

24.4. Reserva para investimentos

De acordo com o Estatuto da Companhia, em seu artigo 30, parágrafo 1º, letra "c", o lucro do exercício poderá ser destinado à constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembleia Geral. Esta destinação é realizada somente ao final do exercício.

A previsão e realização dos investimentos de recursos financeiros, em projetos e obras nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no exercício de 2018 estão detalhadas a seguir:

Programas	<u>Previstos 2018</u>		
	<u>Recursos Próprios</u>	<u>Outras Fontes</u>	<u>Total Previsto</u>
Implant. e Ampl. Sist. Abast. Água	42.718	42.617	85.335
Implant. e Ampl. Sist. Esgot. Sanitário...	82.240	163.684	245.924
Desenv. Operacional / Institucional.....	59.957	20.771	80.728
	<u>184.915</u>	<u>227.072</u>	<u>411.987</u>

Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão de Sistemas de Abastecimentos de Água, Esgotamento Sanitário e Desenvolvimento Operacional e Institucional, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

24.5. Participação dos empregados nos lucros da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com o Estatuto Social, artigo 30, letra "d" do Estatuto Social da CESAN, distribui a seus empregados um percentual do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros da Companhia, intitulado GER - Gestão Empresarial por Resultados.

A GER consiste num programa interno de avaliação de desempenho baseado na Lei nº 10.101/2000, alterada pela Lei nº 12.832/2013 e aprovado pela Deliberação nº 4.317/2016 de 14/12/16, segundo esta Resolução o valor a ser distribuído será limitado a 15% do lucro líquido da empresa, observada a Lei nº 6.404/76 e demais regras contábeis vigentes.

A Companhia destinou do resultado apurado em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 9.638 (R\$9.341 em 31 de dezembro de 2016) para fazer face a esse compromisso.

<u>Participação dos empregados</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Início do Exercício.....	9.341	11.177
Pago no Exercício	(9.343)	(11.388)
Constituído no Exercício	9.640	9.552
Final do Exercício	<u>9.638</u>	<u>9.341</u>

A seguir, memória de cálculo da GER:

<u>Descrição</u>	<u>Valor (R\$ mil)</u>
Lucro de Exercício	126.665
Reversão da GER.....	9.641
Lucro após Reversão da GER.....	136.306
Reversão do IRPJ E CSLL sobre a GER.....	(8.796)
Lucro do Exercício para GER.....	127.510
Recálculo Benefício Fiscal (JSCP)	3.983
LUCRO PARA DISTRIBUIÇÃO	131.493
Valor máximo a distribuir - 15%.....	<u>19.724</u>

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Número de economias</u>		<u>Valor (R\$)</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Fornecimento de água				
Residencial	805.740	824.836	411.204	395.056
Comercial	68.440	71.964	82.465	80.120
Industrial	1.020	1.126	63.334	61.063
Órgãos públicos.....	4.688	4.796	36.698	35.455
Outras receitas do fornecimento de água	-	-	6.748	6.893
	879.887	902.722	600.449	578.587
Serviços de esgotamento sanitário				
Residencial	446.023	423.185	169.393	147.786
Comercial	40.986	40.066	46.805	41.596
Industrial	563	596	4.182	3.860
Órgãos públicos.....	1.999	1.798	14.715	12.816
Outras receitas dos serviços de esgoto	-	-	380	1.120
	489.553	465.645	235.475	207.178
			835.924	785.765
(-) Deduções da receita				
PASEP.....			(13.979)	(13.087)
COFINS.....			(64.646)	(60.575)
			(78.625)	(73.662)
Total			757.299	712.103

25.1. Faturamento com partes relacionadas

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>		<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Arquivo Público Estadual.....	12	10	Ipajm - Instituto de Previdência do Espírito Santo	26	24
Banestes	93	94	Junta Comercial do ES Jucees	6	5
Bandes	17	22	Ministério Pub. do Estado ES	168	155
Assembleia Legislativa	215	179	Polícia Civil Delegacias Distritos	244	252
Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória.....	950	878	Polícia Militar do Estado do Esp. Santo.....	574	428
Corpo de Bombeiro Militar	65	42	Procuradoria Geral do Estado - PGE.....	22	18
Departamento Imprensa Oficial	12	11	Rádio e TV Espírito Santo	9	9
Depto Estradas de Rodagem	37	44	Secr. de Estado Assist. Social e Trabalho...	2	3
Detran do Espírito Santo.....	166	190	Secr. de Estado da Saúde	3.839	3.491
Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.....	19	17	Secr. de Segurança Pública	80	69
Estado do Espírito Santo.....	153	81	Secr. de Ciência e Tecnologia.....	36	25
Faculdade de Música do Espírito Santo.....	16	12	Secr. Estadual da Agricultura.....	606	373
Hospital da Polícia Militar	711	850	Secr. Estadual da Cultura.....	45	54
Iema - Instit. Est. Meio Ambiente e Recursos Hídricos	85	61	Secr. Estadual da Fazenda.....	61	61
Inst. Atend. Sócio Educativo ES.....	597	695	Secr. Estadual da Justiça	8.803	8.096
Inst. Capixaba de Pesquisa Assist. Técnica Ext. Rural	30	32	Secr. Estadual de Esportes e Lazer	253	333
Inst. de Defesa Agrop. e Florestal do ES ...	54	58	Secr. Estadual de Educação.....	4.246	3.974
Inst. de Tecnologia da Informação e Comunicações do ES.....	16	17	Secr. Estadual Gestão e Recursos Humanos.....	109	91
Inst. Jones dos Santos Neves	13	12	Tribunal de Contas do Estado	75	73
Ipem - Instituto de Pesos e Medidas do ES	13	18	Tribunal de Justiça	700	617
			Outros	3	3
			Total Geral	23.181	21.477

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

26. CUSTOS DE SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Despesas com pessoal	(106.856)	(101.461)
Despesas com materiais	(17.773)	(15.993)
Despesas com serv. terceiros	(109.925)	(104.308)
Depreciação/Amortização	(79.737)	(87.260)
Energia elétrica	(84.760)	(80.209)
	<u>(399.051)</u>	<u>(389.231)</u>

27. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras estão demonstradas como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receitas de juros e acréscimos	16.606	13.934
Receitas fin. de ganho com aplicações	9.015	8.464
Outras receitas financeiras	222	149
	<u>25.843</u>	<u>22.547</u>
Despesas c/ juros e demais encargos de financiamentos	(16.661)	(15.333)
Taxas de serviços e demais tributos fiscais	-	(3.053)
	<u>(16.661)</u>	<u>(18.386)</u>
	<u>9.182</u>	<u>4.161</u>

28. DESPESAS COMERCIAIS

As despesas comerciais estão demonstradas como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Despesas com pessoal	(18.520)	(17.375)
Despesas com materiais	(45)	(47)
Despesas com serv. de terceiros	(29.731)	(26.842)
Perdas no recebimento tarifas	(59.404)	(70.355)
Reversão de perdas	8.997	8.092
Outras despesas	(4.278)	(1.022)
	<u>(102.981)</u>	<u>(107.549)</u>

29. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Despesas com pessoal	(66.605)	(69.549)
Despesas com materiais	(2.608)	(2.046)
Despesas com serv. de terceiros	(23.155)	(22.299)
Despesas tributárias	(16.335)	-
Outras despesas	(6.542)	7.293
	<u>(115.245)</u>	<u>(86.601)</u>

30. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Constituição de provisões	(26.015)	(23.515)
Custo de bens baixados	(1.337)	(10.182)
Subvenções para investimentos	2.159	1.611
Pequenas receitas eventuais	3.206	2.401
Reversão de provisões	16.602	16.468
Outras despesas e receitas operacionais ..	(2.126)	(178)
	<u>(7511)</u>	<u>(13.395)</u>

31. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Resultado antes dos Impostos	134.593	111.688
Juros sobre Capital Próprio	(57.500)	(49.500)
Base de Cálculo	77.093	62.188
Adições	14.048	882
Exclusões	(3.056)	(1.612)
Lucro Real	88.085	61.458

	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	- 7.928	15.347	5.531	
Incentivos Fiscais	-	-	(645)	-
Outros	-	-	(4)	1
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal	- 7.928	14.698	5.532	

Efeitos fiscais incidentes sobre:

Regime Tributário Transitório - RTT	- 295	2.123	764
IRRF / CSRF	- (4)	(398)	(62)
Outros	- 5	6	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - despesa efetiva	- 8.223	16.428	6.234
Alíquota Efetiva	10,67%	36,44%	

31.1. Imunidade Tributária sobre impostos federais "Ação Cível Ordinária nº 2730"

Através da Ação Cível Ordinária nº 2730 transitada em julgado pelo Supremo Tribunal Federal na data de 04/05/2017 foi concedido a Imunidade Tributária sobre impostos federais:

"...Conheço da ação quanto ao pedido de reconhecimento da imunidade recíproca (art. 150, VI, "a", CF) e de declaração inexistência de relação jurídica-tributária entre a União e a CESAN. Julgo os parcialmente procedentes, com fundamento no art. 21, § 1º, do CPC, para declarar a imunidade recíproca (e consequente inexistência de relação jurídica entre a Autora e a Ré que obrigue a primeira ao recolhimento de impostos federais) sobre bens, rendas e serviços da Autora utilizados na satisfação dos seus objetivos institucionais, excluídas eventuais atividades de exploração econômica, incrementem seu próprio patrimônio, do Estado, ou de particulares integrantes do capital social da empresa."

Com essa decisão a Companhia não realizará apuração e pagamento do IRPJ e outros impostos federais.

Em 27/06/2017 a CESAN peticionou na Justiça Federal no Espírito Santo Ação de Repetição de Indébito Tributário sob o nº 0017829-38.2017.4.02.5001 solicitando a restituição do Imposto de Renda pago pela Companhia nos últimos 05 anos no valor de R\$ 89.378.851,14 (oitenta e nove milhões, trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e um reais e quatorze centavos), atualizado pela SELIC.

32. COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os valores a vencer dos principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2017:

	<u>Até 01 ano</u>	<u>Entre 01 e 03 anos</u>	<u>Entre 03 e 05 anos</u>	<u>Acima de 05 anos</u>
Comprometimento de Capital	320.933	212.812	216.564	1.510.740

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

Pablo Ferrazo Andreão

Diretor-presidente

Sandra Sily

Diretora Operacional

Amadeu Zonzini Wetler

Diretor de Engenharia e Meio Ambiente

José Eduardo Pereira

Diretor Administrativo e Comercial

Edmar José Zorzal

Gerente Financeiro e Contábil

Reginaldo José de Castro

Contador CRC 11.475 0/ES

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e acionistas da
Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN** ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("**CFC**"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Reclassificação de valores correspondentes ao exercício anterior

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, onde determinados valores incluídos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados para melhor comparabilidade.

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 14 de Março de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 13846/0-1-S - ES

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/0-6 - S - ES

Paulo Eduardo Santos
Contador CRC 1 MG 078750/0-3 - S ES

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, dentro de suas responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta para destinação dos Lucros do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, e baseados nos documentos examinados, nas informações recebidas da Administração e no

Relatório dos Auditores Independentes BDO RCS Auditores Independentes, datado de 14 de Março de 2018, são de opinião que os mesmos refletem em todos os seus aspectos materiais a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito Santense de Saneamento CESAN manifestando-se favoráveis e recomendando neste sentido, a sua aprovação integral pela Assembleia Geral de Acionistas.

Vitória, ES, 04 de Abril de 2018.

Paulo Ruy Valim Carnelli
Conselheiro

Edson Luiz Bermudes Ferreira
Conselheiro

Carlos Luiz Tesch Xavier
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2017

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame do Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, cujo Ativo/Passivo

soma o montante de R\$ 2.930.658.559,00 (dois bilhões noventa e três milhões seiscentos e cinquenta e oito mil e quinhentos e cinquenta e nove reais), aprovaram e opinaram pela sua aprovação, com base no Parecer da Auditoria Externa Independente.

Vitória, 05 de Abril de 2018.

Rodrigo Rabello Vieira
Presidente do C.A.

José Alves Paiva
Conselheiro

Ricardo Maximiliano Goldschmidt
Conselheiro

Luiz Fernando Mendonça Alves
Conselheiro

Pablo Ferraço Andreão
Conselheiro

Nery Martins de Moraes Neto
Conselheiro

Fausto Pimentel Côrtes Junior
Conselheiro